



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO
SUL
CAMPUS DO PANTANAL**

DANIELLA IBARRECHE DE MENEZES

**PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE ESTUDANTES DE ORIGEM
BOLIVIANA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE
CORUMBÁ-MS: DESAFIOS EDUCACIONAIS NA FRONTEIRA
BRASIL-BOLÍVIA.**

CORUMBÁ-MS

2024

DANIELLA IBARRECHE DE MENEZES

**PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE ESTUDANTES DE ORIGEM
BOLIVIANA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE
CORUMBÁ-MS: DESAFIOS EDUCACIONAIS NA FRONTEIRA
BRASIL-BOLÍVIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito final para a obtenção do Título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saúde, educação e trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira.

CORUMBÁ-MS

2024

DANIELLA IBARRECHE DE MENEZES

**PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE ESTUDANTES DE ORIGEM
BOLIVIANA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CORUMBÁ-
MS: DESAFIOS EDUCACIONAIS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em Corumbá-MS, 27 / 09 /2024, com conceito A

DANIELLA IBARRECHE DE MENEZES

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços/Cpan

1º Avaliador: Prof. Dr. Carlo Henrique Golin

1. Universidade Federal do Mato Grosso do
Sul Membro interno ao PPGEF

2º Avaliadora: Profª Dra. Patrícia Teixeira Tavano

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Membro externo ao PPGEF

Dedico este trabalho às minhas filhas,
Maria Clara e Antonella, que me ensinam
todos os dias sobre o amor e que
entenderam os momentos em que estive
ausente para me dedicar ao Mestrado.
Amo vocês mais do que palavras podem
expressar!

MENEZES, Daniella Ibarreche de. **PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE ESTUDANTES DE ORIGEM BOLIVIANA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CORUMBÁ-MS: DESAFIOS EDUCACIONAIS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**. 67 Páginas. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus do Pantanal, Corumbá-MS). 2024.

RESUMO

Esta dissertação explora a percepção de docentes da rede pública municipal de ensino de Corumbá sobre a realidade de alunos de origem boliviana nas instituições de ensino do município. A pesquisa de campo foi desenvolvida em uma escola na parte alta da zona urbana municipal, e com crescente população proveniente da Bolívia. O objetivo geral é analisar a realidade do aluno de origem boliviana nas instituições municipais de educação do município de Corumbá, e objetivos específicos, identificar os desafios enfrentados por esses alunos e oportunizar o fortalecimento de ações para a melhoria do acolhimento e das relações no ambiente escolar. Como um de seus procedimentos metodológicos, foi realizado levantamento de pesquisas já desenvolvidas por egressos do Mestrado em Estudos Fronteiriços no âmbito educacional municipal, para dimensionar os estudos já existentes com essa temática, além de reflexões sobre as produções de autores como Álvaro Vieira Pinto e Pierre Bourdieu, fazendo uma correspondência com o contexto de escolas situadas em regiões de fronteira. Essa pesquisa possui abordagem qualitativa, buscando entendimento a partir da perspectiva dos participantes e do contexto em que ocorrem. Como técnica de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada com professores que atuam na Educação Infantil da escola pesquisada. De acordo com os resultados alcançados nas entrevistas, percebeu-se que a falta de suporte das escolas e de uma formação adequada para atuar em escolas localizadas em uma fronteira, incide diretamente na realidade dos alunos de origem boliviana.

Palavras-chave: Educação. Fronteira. Alunos de Origem Boliviana.

MENEZES, Daniella Ibarreche de. **TEACHING PERSPECTIVES ON STUDENTS OF BOLIVIAN ORIGIN IN THE MUNICIPAL PUBLIC SCHOOL SYSTEM OF CORUMBÁ-MS: EDUCATIONAL CHALLENGES ON THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER.** 67 Pages. Master's Dissertation (Master's Degree in Border Studies, Federal University of Mato Grosso do Sul – Pantanal Campus, Corumbá-MS). 2024.

ABSTRACT

This dissertation explores the perception of teachers from the municipal public school system of Corumbá about the reality of students of Bolivian origin in the educational institutions of the municipality. The field research was carried out in a school in the upper part of the municipal urban area, with a growing population from Bolivia. The general objective is to analyze the reality of the student of Bolivian origin in the municipal education institutions of the municipality of Corumbá, and specific objectives, to identify the challenges faced by these students and to provide opportunities for the strengthening of actions to improve the reception and relationships in the school environment. . As one of its methodological procedures, a survey was carried out of research already developed by graduates of the Master's Degree in Border Studies in the municipal educational sphere, to dimension the existing studies with this theme, in addition to reflections on the productions of authors such as Álvaro Vieira Pinto and Pierre Bordieu, making a correspondence with the context of schools located in border regions. This research has a qualitative approach, seeking understanding from the perspective of the participants and the context in which they occur. As a data collection technique, semi-structured interviews were used with teachers who work in Early Childhood Education at the researched school. According to the results achieved in the interviews, it was perceived that the lack of support from schools and adequate training to work in schools located on a border directly affects the reality of students of Bolivian origin.

Keywords: Education. Border. Students of Bolivian Origin.

MENEZES, Daniella Ibarreche de. **PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE ESTUDIANTES DE ORIGEN BOLIVIANO EN EL SISTEMA DE ESCUELAS PÚBLICAS MUNICIPALES DE CORUMBÁ-MS: DESAFÍOS EDUCATIVOS EN LA FRONTERA BRASIL-BOLIVIA.** 67 Páginas. Tesis de Maestría (Maestría en Estudios de Frontera, Universidad Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Pantanal, Corumbá-MS). 2024.

RESUMEN

Esta tesis explora la percepción de los docentes del sistema escolar público municipal de Corumbá sobre la realidad de los estudiantes de origen boliviano en las instituciones educativas del municipio. La investigación de campo se realizó en un colegio de la parte alta del casco urbano municipal, con una población creciente de Bolivia. El objetivo general es analizar la realidad del estudiante de origen boliviano en las instituciones educativas municipales del municipio de Corumbá, y objetivos específicos, identificar los desafíos que enfrentan estos estudiantes y brindar oportunidades para el fortalecimiento de acciones para mejorar la acogida y las relaciones en el ámbito escolar. Como uno de sus procedimientos metodológicos, se realizó un relevamiento de investigaciones ya desarrolladas por egresados de la Maestría en Estudios de Frontera en el ámbito educativo municipal, para dimensionar los estudios existentes con esta temática, además de reflexiones sobre las producciones de autores como Álvaro Vieira Pinto y Pierre Bourdieu, haciendo una correspondencia con el contexto de las escuelas ubicadas en regiones fronterizas. Esta investigación tiene un enfoque cualitativo, buscando la comprensión desde la perspectiva de los participantes y el contexto en el que se producen. Como técnica de recolección de datos, se utilizaron entrevistas semiestructuradas con docentes que laboran en Educación Parvularia en la escuela investigada. De acuerdo a los resultados alcanzados en las entrevistas, se percibió que la falta de apoyo de las escuelas y de formación adecuada para trabajar en escuelas ubicadas en la frontera afecta directamente la realidad de los estudiantes de origen boliviano.

Palabras clave: Educación. Límite. Estudiantes de origen boliviano.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alunado da Escola Ângela Maria Pérez (Educação Infantil)

36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fronteira Brasil-Bolívia (foto de satélite)	17
Figura 2 – Ponte da fronteira Brasil-Bolívia	18
Figura 3 – Instalações da Receita Federal e Polícia Federal (Brasil)	18
Figura 4 – Posto de <i>Control Fronterizo</i> (Bolívia)	19
Figura 5 – Mapa de Mato Grosso do Sul (município de Corumbá)	21
Figura 6 – Comércio local (Bairro Jardim dos Estados)	34
Figura 7 – Comércio local (Bairro Jardim dos Estados)	35
Figura 8 – Comércio local (Bairro Jardim dos Estados)	35
Figura 9 – Comércio local (Bairro Jardim dos Estados)	36

LISTA DE SIGLAS

REME – Rede Municipal de Ensino de Corumbá

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

CPAN – Câmpus do Pantanal

MEF – Mestrado em Estudos Fronteiriços

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Corumbá

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos

ONU – Organização das Nações Unidas

CF – Consituição Federal

DEF – Documento Especial Fronteiriço

AIE – Aparelho Ideológico do Estado

PMC – Prefeitura Municipal de Corumbá

EJA – Educação de Jovens e Adultos

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

MEC – Ministério da Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 - APONTAMENTOS SOBRE A FRONTEIRA OESTE BRASIL-BOLÍVIA.	15
2 – ALUNOS DE ORIGEM BOLIVIANA NA REME DE CORUMBÁ.	23
2.1 Abordagens Educacionais.....	31
3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO.	34
3.1 Sobre o Local da Pesquisa	34
3.2 A Pesquisa de Campo	37
3.3 Apresentação dos Resultados	38
4 – PROPOSTA DE AÇÃO.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	57
APÊNDICE.....	65

INTRODUÇÃO

A educação na fronteira, especialmente em áreas onde há fluxo significativo de migrantes internacionais, apresenta desafios únicos tanto para professores quanto para alunos. Esta pesquisa, aborda a presença de alunos de origem boliviana em uma escola do município de Corumbá-MS, fronteira Brasil-Bolívia e de como os professores da Rede Municipal de Ensino de Corumbá – REME – recebem e reconhecem esses alunos.

Sobre os estudantes provenientes da Bolívia, e que frequentam as escolas do município de Corumbá, vale clarificar o termo utilizado nesta pesquisa, sobre a caracterização dessas pessoas: alunos de origem boliviana. Esse termo “origem boliviana” estende para os nativos da Bolívia, nascidos em território boliviano e também para os descendentes, que geralmente são corumbaenses e sendo assim, brasileiros, pois que nascem no município de Corumbá, e ainda assim possuem a origem boliviana, por conta de seus pais.

É relevante esclarecer que as temáticas relacionadas à fronteira e às migrações têm grande pertinência no contexto da pesquisa, considerando especialmente a realidade do município de Corumbá-MS, que faz fronteira com a Bolívia. Trata-se de uma região marcada pela presença de migrantes internacionais, com forte influência cultural e histórica, incluindo descendentes de europeus que chegaram ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial. A atuação docente em municípios fronteiriços como Corumbá e Ladário revela uma convivência constante com alunos de diferentes nacionalidades, majoritariamente de origem boliviana, que, por diversas razões, optam por frequentar as escolas brasileiras.

No segmento da educação infantil, especialmente na pré-escola, é comum que as crianças iniciem sua trajetória escolar falando um idioma diferente do português, idioma oficial do Brasil. Esse cenário envolve desafios como a adaptação a um novo ambiente cultural, a assimilação de costumes e normas sociais distintas e a superação de situações de discriminação ou estigmatização associadas à origem étnica, cultural ou nacional.

Essas questões tornam-se evidentes nas dinâmicas escolares, seja durante as atividades pedagógicas em sala de aula, no refeitório, no pátio ou em outros momentos de interação entre as crianças. Essas observações suscitam reflexões sobre as percepções dos docentes e suas práticas pedagógicas para lidar com essas realidades, que são características do cotidiano das escolas do município de Corumbá.

A partir das ponderações teóricas, reflexionadas ao longo do segundo capítulo, a

pesquisa empírica e toda a contextualização do tema proposto exposto no terceiro capítulo, esta pesquisa tem como objetivo analisar a realidade do aluno de origem boliviana de acordo com a percepção dos docentes que atuam na educação infantil da REME de Corumbá. Como objetivos específicos, identificar os desafios enfrentados por esses alunos e oportunizar o fortalecimento de ações para a melhoria do acolhimento e das relações no ambiente escolar.

A relevância desta pesquisa está na escolha pela unidade escolar, que se deu pela especificidade de sua localização e por ser uma escola onde ainda não foi realizada uma pesquisa voltada para essa temática. A insituição escolar fica na “parte alta” do município de Corumbá, onde é crescente a população proveniente da Bolívia, e conseqüentemente o aumento de alunado de origem boliviana naquela região.

Quanto aos procedimentos metodológicos, é uma pesquisa de campo. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 186) a pesquisa de campo é uma abordagem essencial para a coleta de dados diretamente no ambiente onde os fenômenos ocorrem, fundamental para obter informações e conhecimentos sobre um problema específico, testar hipóteses ou até mesmo descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. No capítulo ‘Sobre o Local da Pesquisa’ é descrito detalhadamente como foi realizada a pesquisa de campo.

A revisão de literatura acadêmica foi imprescindível, pois dimensionou os estudos já realizados e atuais sobre essa temática e trouxe fundamento para a escrita dessa dissertação. Foram utilizadas dissertações valendo-se de descritores como educação, fronteira, alunos migrantes internacionais e migração, pertencentes ao repositório de dissertações da plataforma do Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF) da UFMS/CPAN, o acervo das bibliotecas universitárias e o acervo pessoal, que foi enriquecido durante o curso de Mestrado. Os descritores utilizados nas explorações por artigos relacionados aos assuntos discorridos nesta pesquisa foram definidos a partir do foco da pesquisa e informações relevantes em bases de dados acadêmicos.

É uma abordagem qualitativa que busca entender fenômenos complexos a partir da perspectiva dos participantes e do contexto em que ocorrem (Creswell, 2007). Trata-se de um estudo de caso, objetivando explorar um fenômeno, situação ou evento em profundidade e em seu contexto real, e nesse trabalho, analisar a realidade do aluno de origem boliviana em uma escola da REME de Corumbá.

Ludke e Andre (1986) enfatizam a interpretação do contexto no estudo de caso:

Um princípio básico para esse tipo desse tipo de estudo é que, para uma

apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligadas (Ludke e Andé, 1986, p. 18-19).

Vale ressaltar que esta pesquisa é parte integrante no Projeto Atendimento e Acolhida aos Migrantes Internacionais em Municípios de Fronteira: Análise e Acompanhamento na Implantação de Protocolos de Acolhimento a Pessoas em Diferentes Situações Migratórias em Foz do Iguaçu (PR) e Corumbá (MS), financiado através da chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 40/2022 PRÓ-HUMANIDADES e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos – CEP. O Parecer Consubstanciado do CEP se encontra nos anexos.

No primeiro capítulo, que recebeu o título “Apontamentos sobre a fronteira oeste Brasil-Bolívia”, primeiramente definiu-se os conceitos de fronteiras e limites, utilizando os escritos da geógrafa Lia Osório Machado, do prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa e do prof. Dr. Tito Carlos Machado de Oliveira, seguida de uma caracterização da fronteira, do município de Corumbá, com dados obtidos em plataformas de órgãos do governo federal e informações sobre a população local. Na abordagem sobre migrações e tipos de migrantes internacionais foram imprescindíveis as contribuições do prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira e do prof. Dr. Carlo Henrique Golin. Também se fez necessário uma rápida observação sobre como se deu a migração de pessoas de origem boliviana para o município de Corumbá-MS e de como a proximidade entre as cidades fronteiriças dessa localidade facilitam a movimentação de pessoas entre os dois países.

No segundo capítulo, intitulado “Alunos de origem boliviana na REME de Corumbá”, inicialmente aborda alguns marcos legais e os direitos de pessoas migrantes no que diz respeito a educação. Traz esclarecimentos sobre a caracterização desses alunos, e transcrições de pesquisas já realizadas em outras escolas do município de Corumbá do repositório de dissertações do MEF e reflexões sobre a realidade desses alunos no cotidiano escolar. Também apresenta alguns dados da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (SEMED) sobre alunos de outras nacionalidades na REME. Ao final deste capítulo, reflexões sobre as produções de autores como Álvaro Vieira Pinto e Pierre Bourdieu, fazendo uma correspondência com o contexto das escolas situadas em regiões de fronteira.

O terceiro capítulo, centra-se nas entrevistas desenvolvidas na escola pesquisada, sendo ela uma escola situada em um bairro do município de Corumbá, com crescente

população proveniente da Bolívia. Aqui, há a análise e a discussão dos resultados desta pesquisa, com falas dos professores entrevistados e algumas ponderações sobre as percepções dos respondentes.

E o quarto capítulo direciona-se para a Proposta de Ação, ou seja, o produto desta pesquisa que está fortemente ligada aos resultados obtidos nas entrevistas. O olhar do professor foi fator decisivo na definição desta proposta de ação.

1 - APONTAMENTOS SOBRE A FRONTEIRA OESTE BRASIL-BOLÍVIA.

Fronteiras e limites são conceitos utilizados para demarcar espaços, tanto físicos quanto abstratos. São usados em diferentes contextos, de diversas áreas do conhecimento. Nesta dissertação, utilizaremos os conceitos relacionados a geopolítica para o estudo desses termos. Lia Osório Machado (1998), define a diferença entre fronteira e limite:

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do Estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. [...] Visto desta forma, o limite, não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira (Machado, 1998, p.42).

A autora explicita sobre como o limite pode ser um elemento de separação enquanto a fronteira promove aproximações:

[...] enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais (Machado, 1998, p. 41- 42).

Limites referem-se às divisões territoriais que delimitam a extensão de um país, estado ou outro espaço geográfico. Esses limites são essenciais para definir a soberania e jurisdição de uma nação, além de estabelecer as áreas onde suas leis e políticas se aplicam. O termo limite, no contexto geográfico ou político, refere-se à linha que divide duas áreas distintas, como países, estados ou regiões. Essa linha marca onde termina a jurisdição de uma entidade e começa a de outra. Machado (2005, p. 6) atribui aos limites internacionais “o perímetro máximo do controle efetivo exercido por governos centrais”.

Já a fronteira é definida a partir dos limites. É um espaço de interação, de intercâmbio, onde culturas se encontram, pessoas se movimentam entre os dois países e influências diversas se misturam. É onde ocorrem as trocas de tradições, idiomas, culinárias, e até modos de vida, sendo áreas culturalmente ricas e diversas.

As fronteiras também servem como locais de passagem para pessoas que viajam entre países, seja por motivos de trabalho, turismo, migração ou comércio. Esse

movimento de pessoas pode influenciar a demografia, a economia e a cultura de ambas as regiões fronteiriças.

As fronteiras podem ser tanto pontos de cooperação quanto de conflito. Disputas fronteiriças, controle de imigração e tráfico de ilícitos são alguns dos desafios presentes nas fronteiras. No entanto, também são locais onde a cooperação internacional pode florescer através de tratados, acordos de livre comércio, e iniciativas de desenvolvimento conjunto.

Sobre o espaço que compreende a fronteira, Costa (2013) afirma que:

[...] são bandas territoriais, uma de cada Estado nacional, articuladas numa contiguidade territorial que, controlada e confrontada por diferentes forças e relações de poder, forma as fronteiras. Essas áreas são passíveis de passagens de diversas ordens: econômica, social, cultural, animal, de vetores de doença, de circulação atmosférica, dentre outras (Costa, 2013, p.65).

No território brasileiro, a primeira demarcação de terras, estabelecendo limites entre duas porções de território, aconteceu antes mesmo do descobrimento do Brasil (Tratado de Tordesilhas – 1494), dividindo o Brasil em duas partes, sendo uma pertencente a Espanha e a outra, a Portugal. Os países não tiveram muito êxito na divisão, como explica Borba (2013):

[...] definiu a partilha das terras por meio de uma raia meridiana distante 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, mas de difícil concretização devido: (a) à impossibilidade, na época, de determinar longitudes para implantar, no terreno, a raia meridiana; (b) à imprecisão geográfica do Tratado, sem definir a partir de qual das ilhas seriam contadas as 370 léguas; e, (c) ao total desconhecimento do continente recém-descoberto (Borba, 2013, p. 63).

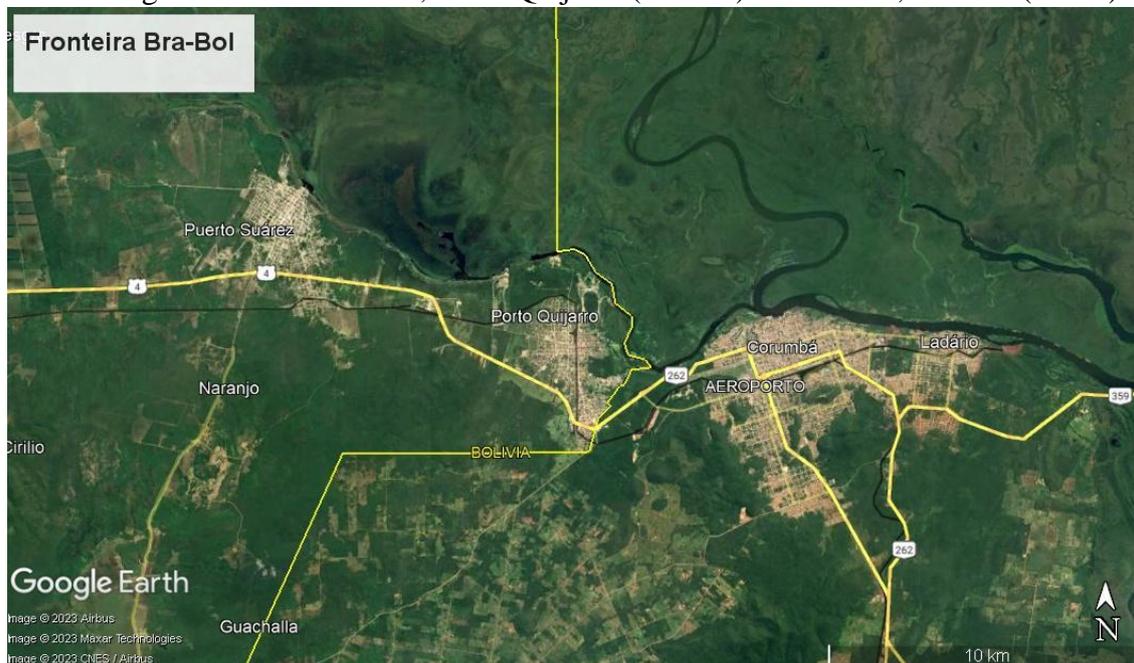
O Brasil está situado na América do Sul, sendo o maior país da América Latina. Por seu extenso território, é limítrofe com dez países do continente sul-americano, sendo 16.885,7 km de extensão de fronteiras terrestres (com Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai). Apenas Chile e Equador não fazem fronteira com o Brasil.

A fronteira do Brasil com a Bolívia tem extensão de 3.423,2 km, dos quais 2.609,3 km são por rios e canais, 63,0 km por lagoas e 750,9 km por linhas convencionais. Os estados brasileiros que fazem fronteira com a Bolívia são: Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (FUNAG, 2015).

Considerando a fronteira oeste Brasil-Bolívia, próximos do limite territorial, no lado boliviano, estão os municípios de Puerto Quijarro, seguido de Puerto Suarez. Já no

Brasil, os municípios mais próximos da linha limítrofe são Corumbá e Ladário, respectivamente.

Figura 1: Puerto Suarez, Porto Quijarro (Bolívia) e Corumbá, Ladário (Brasil)



Fonte: Google Earth (2023).

Na Bolívia, as estruturas administrativas e políticas se apresentam de forma distinta do Brasil. O país é formado por departamentos, províncias e municípios. Puerto Suarez e Puerto Quijarro fazem parte da Província de Gérman Bush, Departamento de Santa Cruz (IBGE, 2024). A Figura 1 mostra uma foto de satélite o espaço geográfico que contém os municípios de Ladário, Corumbá, Porto Quijarro e Puerto Suarez, sendo o espaço fronteiriço da fronteira oeste Brasil-Bolívia.

Oliveira e Esselin (2015) fazem uma breve descrição de como essa fronteira se apresenta:

[...] esse território conduz um extravagante movimento de fluxos de mercadorias e transeuntes que causa *frisson* em qualquer observante, ainda que desatento. Gás, minério, turismo, exportação e reexportação aludem um vai e vem de barcos e barcaças no rio, acenam com um transbordo de passageiros terrestres nos taxis adaptados, nas diversas linhas de coletivos intermunicipal, interestadual e internacional, um formigueiro de veículos (carros, motos e similares) que passa e repassa a fronteira comprando e vendendo roupas, verduras, brinquedos, bebidas, fraldas, serviços desorientando o trânsito e cosmopolizando passeios, praças e feiras (Oliveira e Esselin, 2015, p. 127)

Nesta fronteira, uma ponte faz a divisão territorial entre Brasil e Bolívia. É uma fronteira terrestre, de trânsito livre entre os dois países. Eventualmente ocorrem protestos

da população boliviana por questões internas do país. Nessas ocasiões, o fechamento da fronteira se faz pelo lado boliviano. Para o lado do Brasil, durante o ano ocorrem operações militares, mas a fronteira não é fechada. O trânsito fica mais lento por conta das fiscalizações que se intensificam nesses momentos de operações.

Figura 2: Ponte – Fronteira Oeste Brasil Bolívia



Fonte: Nantes, 2021.

Próximo ao limite dos dois países, no território brasileiro existe uma sede onde funciona o controle aduaneiro da Receita Federal, responsável pela fiscalização de produtos, tributos e veículos que entram e saem do país. Em frente ao prédio da Receita Federal, há um Posto de Atendimento ao Imigrante, intitulado Posto de Migração Terrestre de Corumbá. Neste posto de atendimento ocorre a fiscalização e permissão para o ingresso ou saída do Brasil, realizado pela Polícia Federal (Figura 3). Já na Bolívia, o prédio onde são realizadas fiscalizações e o controle de entrada e saída de pessoas e veículos é chamado de *Control Fronterizo* (Figura 4).

Figura 3: Instalações da Receita Federal e Polícia Federal (Brasil)



Fonte: Silva, 2019.

Figura 4: Posto de *Control Fronterizo* (Bolívia)



Fonte: Moreira, 2022.

É neste espaço fronteiriço, constituído por municípios bolivianos e brasileiros que ocorre um grande fluxo de pessoas, por diversas razões. Esse movimento poder ser entendido como temporal, quando pessoas atravessam a fronteira para estudar, trabalhar ou realizar outras atividades, e retornam para o seu país de origem ao final do dia. Como também pode ser um movimento permanente, quando pessoas deixam o seu país para fixar residência em outro. Essas pessoas, por migrarem de um país para outro, mesmo que temporariamente, são chamados de migrantes internacionais.

Oliveira (2016) define o migrante internacional como:

[...] um ser portador de transformações, seja na sociedade que ele deixa para trás seja na que o recebe. Nesse sentido, entendemos que tais transformações são ligadas, por um lado, às relações sociais, ou seja, os círculos de amizade, casamentos, interações escolares e laborais; economia e comércio e, por outro lado, às relações políticas, incluindo as estatais, que buscam soluções e entendimentos, uma para aclarar os motivos de saída e outra para explicar as permissões ou interdições para a entrada (Oliveira, 2016, p. 16).

Sobre os migrantes internacionais pendulares, que realizam rotineiramente o movimento de ir de um país para o outro, desenvolvendo atividades laborais, ou para estudos, Oliveira, Correia e Oliveira (2017) os descreve como:

[...] aqueles que habitam em região de fronteira, em um dos países que a compõem e trabalham e/ou estudam em outro país, retornando para seus lares, dando a esse movimento sentido cotidiano. Desta forma, importante observar que o imigrante pendular possui o privilégio de retornar por completo ao seu país de origem na medida em que suas capacidades laborais ou o

enfrentamento de crises inviabilizam sua permanência no país hospedeiro (Oliveira, Correia e Oliveira, 2017, p.5).

Oliveira, Almeida e Aguilar (2020) elencam algumas tipificações de migrantes internacionais presentes na fronteira oeste Brasil-Bolívia:

[...] ocorre a tripla tipificação da imigração: os permanentes, que emigraram para um dos países vizinhos, e lá se estabelecem; os de passagem, que fazem uso da fronteira como uma instância deliberativa para seu ingresso em um dos territórios nacionais; e os pendulares, que desenvolvem atividades empreendedoras, laborais ou estudantis no país vizinho, retornando para seu país de origem (Oliveira, Almeida e Aguilar, 2020, p. 63-64)

Ainda sobre os migrantes internacionais, existem os retornados (também chamados de migrantes de retorno), que após terem migrado para outro país, retornam ao seu país de origem. “Entende-se por migrante de retorno aquela pessoa que deixou o seu local de origem, residiu algum tempo em outra região e depois regressou ao seu lugar de nascimento (Baptista, Campos, Rigotti, 2017, p. 2). E dentro dessa categoria de retornados, há os semi-retornados, descritos por Golin (2017):

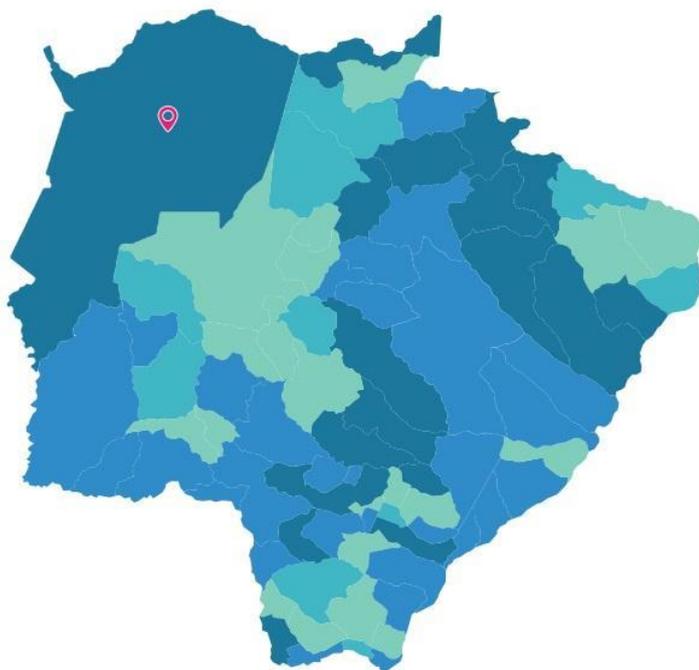
Esses sujeitos são migrantes internacionais, uma vez que não residem em território de nascimento, e são retornados, ao passo que fazem uso sistemático e cotidiano de políticas públicas oferecidos pelo país de origem. Contudo, por exercerem mobilidade pendular, seu retorno não é por completo, o que os leva a construir suas relações familiares e sociais, incluindo as de vizinhança, preponderantemente no país de residência (Golin, 2017, p. 35)

No âmbito educacional, é possível perceber em Corumbá alunos migrantes internacionais semi-retornados e pendulares, além daqueles que residem na cidade.

Corumbá é o município brasileiro que recebe diariamente migrantes internacionais na fronteira oeste Brasil-Bolívia. É um município com 96.268 habitantes (de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022), se localiza no estado de Mato Grosso do Sul, região centro-oeste do Brasil e faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, porém nesta pesquisa, a fronteira estudada é a da Bolívia. Ressalta-se que ela foi fundada em 21 de setembro no ano de 1778 e possui como cidade vizinha Ladário (Brasil), e Puerto Quijarro (Bolívia). É o segundo município mais antigo de Mato Grosso do Sul, perdendo apenas para Ladário, com uma diferença de 19 dias. É popularmente conhecida como Cidade Branca, pelas características de seu solo, sendo calcário e de coloração esbranquiçada. Também é chamada de Capital do Pantanal, já que ele ocupa grande parte de seu território (IPHAN, 2023).

Segundo dados do IBGE do ano de 2022, Corumbá é o maior município de Mato Grosso do Sul, possuindo uma área territorial de 64.432,650 km². Abaixo, o Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Figura 5: Mapa Mato Grosso do Sul (município de Corumbá)



Fonte: IBGE, 2023.

Sobre a localização, Corumbá situa-se a margem direita do Rio Paraguai, o que já fez o município ter grande relevância nacional e internacional, com intensa movimentação do comércio, bancos, exportações e navios de todas as partes do mundo. De acordo com informações do IBGE (2023):

A partir de 1870, ao ser retomada pelo tenente-coronel Antônio Maria Coelho, a cidade começou a ser reconstruída. Na mesma época, imigrantes europeus e de outros países sul-americanos chegaram, impulsionando o desenvolvimento local. Como resultado, Corumbá foi o terceiro maior porto da América Latina até 1930. Até a década de 1950, os rios Paraguai, Paraná e Prata eram os únicos meios de integração da região. Por isso, a cidade vivia sob a influência dos países da Bacia do Prata, dos quais herdou grande parte dos seus costumes, hábitos e linguagem. Isso ocorreu naturalmente devido à sua localização fronteiriça e ao isolamento físico que sofria na época. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023)

No final da década de 1930, inicia-se a construção da Estrada de Ferro Santa Cruz de La Sierra-Corumbá. Essa ferrovia ligou Corumbá-MS (Brasil) ao município boliviano de Santa Cruz de La Sierra. As proximidades da construção da ferrovia, eram habitadas

por populações indígenas bolivianas. Em busca de melhores condições de vida e sustento, migraram para o Brasil e começaram a trabalhar na construção da *ferrocarril*. Para Silva (2009) essa obra traria impactos nas populações que ali viviam:

No caso dos Kamba, esse impacto se traduziu na saída de uma determinada parcela nas proximidades de Roboré, Tapera e San Jose de Tiquitos e de sua entrada no Brasil em meados do século passado. Assim, pode-se afirmar que a construção da *Ferrocarril* (1939-1954) provocou o engajamento de grande número de indígenas bolivianos, muitos dos quais penetraram em território brasileiro de forma clandestina, aos olhos oficiais. (Silva, 2009, p. 151)

Sobre a migração iniciada no período da construção da *ferrocarril*, para Silva (2009) duas razões se destacam:

1º os pioneiros Kamba teriam aproveitado a ‘descida’ para Corumbá como mão-de-obra da Ferrocarril e daí se fixaram na cidade; 2º após esse primeiro movimento migratório, os indígenas se deslocaram atendendo aos chamados dos parentes (afins e consanguíneos) já moradores do lado brasileiro (Silva, 2009, p. 151)

Posto isso, entende-se que a migração de bolivianos para o Brasil, na fronteira oeste Brasil-Bolívia iniciou no período de construção da estrada de Ferro Santa Cruz de La Sierra-Corumbá e se intensificou posteriormente, quando familiares dos trabalhadores bolivianos também decidiram pela migração para o Brasil.

2 – ALUNOS DE ORIGEM BOLIVIANA NA REME DE CORUMBÁ.

Este capítulo elenca algumas pesquisas já realizadas no município de Corumbá-MS, fronteira Brasil-Bolívia, no âmbito da educação municipal, relacionando acontecimentos cotidianos de unidades escolares com a presença de alunos provenientes da Bolívia, e mostrando um pouco da realidade do aluno de origem boliviana. Em um segundo momento, apresento reflexões utilizando conceituados educadores e filósofos sobre questões acerca da educação e da escola.

Antes das discussões, faz-se necessário pontuar alguns marcos legais dos direitos à educação para pessoas de outras nacionalidades.

O direito ao acesso à educação é um direito de qualquer ser humano, garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos – Organização das Nações Unidas (ONU) 1948 – que trata das garantias dos direitos fundamentais do homem. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento internacional, e utilizado como norteador para garantir que todos os seres humanos, independentemente de sua nacionalidade, raça, gênero, religião ou qualquer outra condição, tenham seus direitos fundamentais respeitados e protegidos. Sendo assim, a educação é um direito universal. De acordo com o artigo XXVI:

Todo ser humano tem direito à instrução [...] A instrução deverá ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade [...] (Organização das Nações Unidas, 1948).

Na legislação brasileira, a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 5º, reafirma o compromisso com a proteção dos direitos humanos e a valorização da dignidade da pessoa humana, sem distinções de nacionalidade. Esse artigo assegura que "todos são iguais perante a lei, sem discriminação de qualquer tipo, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade."

Além disso, a CF de 1988, no artigo 205, reconhece a educação como um direito fundamental, garantindo a todos os cidadãos o acesso a uma educação de qualidade. Esse artigo estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Mais recentemente, a Lei 13.445, de 24 de maio de 2017 – Lei de Migração – definiu os direitos e deveres do migrante e do visitante, regulamentando sua entrada e estada no país e estabelecendo princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. O artigo 3º, que trata dos princípios e das garantias, em seu inciso XI, indica o “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social”

Esse dispositivo legal assegura aos migrantes internacionais, independentemente de sua situação migratória, o direito de acessar serviços e benefícios em condições de igualdade com os cidadãos brasileiros, dentre eles a educação.

Posteriormente à Lei de Migração, a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) nº 1, de 13 de novembro de 2020, dispõe do direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio nas redes públicas de educação básica brasileira. Essa resolução determina que a situação migratória irregular (documentos vencidos), a falta de documentação comprobatória de escolaridade anterior ou mesmo a ausência de documentação pessoal do país de origem não é fator de impedimento para a matrícula, e que esta deve ser facilitada, considerando a situação de vulnerabilidade dessas pessoas.

Diante do exposto acima, o direito à educação no Brasil por pessoas de outras nacionalidades é amplamente assegurado por leis que visam promover a igualdade, inclusão e respeito à diversidade.

Mendes e Santos (2019) constata a falta do reconhecimento do migrante internacional como um indivíduo de igual direitos, como os brasileiros:

Ainda hoje, a falta de uma política unificada pautada pelos direitos humanos também favorece a perpetuação, na burocracia estatal, de condutas que revelam a visão predominante do imigrante como sujeito de status diferente e inferior frente ao nacional. Isso é recorrente no acesso à saúde e à educação básica: segundo a Constituição de 1988, o imigrante tem garantido estes direitos, independentemente da sua situação documental ser irregular ou não (Mendes, Dos Santos, 2019, p. 129).

Voltando para o texto a que se destina esse capítulo, Corumbá é um município que se localiza na fronteira oeste Brasil-Bolívia. Essa localização e a proximidade entre os dois países (cerca de 11 km) oportuniza o fluxo de pessoas de um país para o outro. E por isso,

é possível perceber uma diversidade de nacionalidades na cidade. Na REME, essa pluralidade não é diferente. Porém, nessa pesquisa o foco está nos alunos de origem boliviana que frequentam as escolas do Brasil, em Corumbá-MS.

A presença desses estudantes na REME de Corumbá não é fato recente. A primeira pesquisa publicada no repositório de dissertações do MEF envolvendo uma unidade escolar e abordando temáticas relacionadas a fronteira é do ano de 2010, porém é notório que esse público já frequentava anteriormente nossas escolas. Atualmente (agosto / 2024), o município possui 14.496 mil estudantes matriculados regulamente na rede pública de ensino. Esse número inclui também 94 estudantes que residem em Corumbá, porém são nacionais de outros países. Esses dados foram fornecidos pela equipe da SEMED.

Os dados acima citados foram retirados do Tagnos Educação, que se trata de um ambiente virtual responsável pelo armazenamento e gerenciamento de informações sobre toda a vida estudantil dos estudantes matriculados e egressos da REME de Corumbá.

Araujo, Conceição e Carvalho (2015) pontuam sobre a constante desse público nas escolas de Corumbá:

Amparados pelo Decreto nº 6.737/2009, é significativa a presença de crianças e de adolescentes bolivianos nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de Corumbá. Neste quesito, duas questões precisam ser clarificadas. Em primeiro lugar, o Decreto no 6.737 legalizou uma situação já existente entre Corumbá e Puerto Suárez. Em segundo lugar, muitos desses bolivianos têm nacionalidade brasileira, uma vez que é comum o casamento entre brasileiros e bolivianos nesta fronteira. A carteira de fronteiroço é, para muitos, uma opção (De Araújo, Da Conceição, De Carvalho, 2015, p.150).

O Decreto citado pelas autoras trata-se do acordo de cooperação bilateral, firmado entre os Brasil e Bolívia no ano de 2004 e promulgado somente em 2009, em Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) – Decreto 6.737, de 12 de janeiro de 2009. O acordo permite que cidadãos residentes nos municípios de fronteiras aderentes ao acordo (Brasil e Bolívia), o acesso ao estudo, emprego e moradia. “O acordo estipula um documento de identificação, o Documento Especial Fronteiroço (DEF) que garante a transitoriedade dos cidadãos entre os municípios fronteiriços e reconhece a importância dos direitos sociais previstos pela Constituição Federal Brasileira” (Da Silva e Arf, 2022, p. 116).

Cabe fazer um apontamento sobre esse acordo e suas especificações. O DEF dá permissão para pessoas que vivem nas regiões da fronteira Brasil-Bolívia para o labor, estudo e moradia, porém apenas nos municípios fronteiriços. Esse documento não se estende para outros municípios do país e foi regulamentado para os nacionais fronteiriços

brasileiros e bolivianos.

Em relação aos estudantes provenientes da Bolívia que frequentam as escolas do município de Corumbá, é relevante clarificar o termo utilizado nesta pesquisa para caracterizar esses alunos: ‘de origem boliviana’. Esse termo abrange tanto os nativos da Bolívia, nascidos em território boliviano, quanto os descendentes, geralmente corumbaenses e, portanto, brasileiros por nascimento. Contudo, mesmo nascidos em Corumbá, esses descendentes mantêm uma ‘transterritorialidade’ que os conecta ao território boliviano devido à origem cultural e familiar herdada de seus pais. A transterritorialidade aqui expressa uma condição em que esses estudantes atravessam e conectam diferentes territorialidades, evidenciando uma multiplicidade de pertencimentos que vão além das fronteiras nacionais tradicionais.

Araújo, Conceição e Carvalho (2015) expõem possíveis motivações da escolha pelas escolas de Corumbá:

Em entrevistas realizadas junto aos professores bolivianos que atuam nas escolas de Puerto Suárez, entende-se que a falta de infraestrutura nas escolas, a falta de investimentos, os baixos salários e a falta de incentivos para a fixação de professores do ensino básico na fronteira são os fatores que fragilizam o ensino e, em consequência, estimulam o fluxo migratório para o Brasil (De Araújo, Da Conceição, De Carvalho, 2015, p.154).

Silva (2016), que realizou uma pesquisa na Escola CAIC, também aponta o favoritismo do estudo nas escolas do Brasil:

Em situação de informalidade, duas mães foram questionadas por esta pesquisadora, sobre a opção por uma escola brasileira para seus filhos. Ambas afirmaram que seus filhos estudam no CAIC desde a Pré-escola. Escolheram porque consideram que o nível de estudo na Bolívia é mais baixo e como eles possuem documentos brasileiros optam pela escola brasileira. [...] Uma das mães comunicou que almeja que seus filhos cheguem a cursar a Universidade no Brasil, e que já possui um filho servindo a nação brasileira na Marinha do Brasil (Silva, 2016, p. 50)

Mamani Cori e Cavero Gonzáles (2016), p. 66) já traz informações sobre a política educacional do Brasil, razão da predileção pelas escolas de Corumbá:

En Puerto Quijarro, por ser una ciudad de frontera con el país vecino del Brasil, existe otra parte de la población estudiantil que pasa clases en unidades educativas de este país. Esta situación se da por diferentes motivos, siendo la calidad de la enseñanza educativa, la infraestructura de las unidades educativas en el municipio y los beneficios las principales razones por las cuales algunos padres y madres de familia deciden que sus hijos e hijas estudien en este país. Entre las principales políticas educativas que tiene Brasil están: La Bolsa Família, Transporte Escolar, Alimentación Escolar, Brasil Alfabetizado,

Programa de Escuelas Bilingüe en las fronteras (Mamani Cori e Cavero González (2016, p. 66)

No que diz respeito as adversidades encontradas por alunos de origem boliviana matriculados nas escolas municipais de Corumbá, Silva (2016) traz relatos sobre as dificuldades linguísticas dos alunos de origem boliviana em sala de aula:

Em entrevista de campo os alunos residentes na Bolívia afirmam que em sala, na maioria das vezes ficam tímidos e não expõem as dúvidas e dificuldades ao professor, não só por não serem facilmente compreendidos, como também, pelo receio em se expor para os demais alunos (Silva, 2016, p. 51)

Um ponto importante levantado por Mendes e Santos (2019) sobre o casamento entre bolivianos e brasileiros e as consequências no âmbito escolar quando o idioma falado em casa é o espanhol:

Fato que contribui para ampliar a presença de descendentes bolivianos (filhos de bolivianos ou de brasileiros e bolivianos). E, dependendo da forma como a família cria a criança e a influência da língua espanhola na formação dela, temos crianças brasileiras que falam apenas o espanhol, conseqüentemente, à língua portuguesa só será aprendida na escola (Mendes, Dos Santos, 2019, p. 122)

Em sua dissertação, Ribeiro (2011) traz consideráveis discussões sobre os desafios enfrentados pela criança migrante nas escolas de Corumbá e analisa o estigma, a discriminação e o preconceito sofrido por alunos migrantes dentro das escolas localizadas na fronteira e ainda reflexiona sobre o processo de violência moral que ocorre durante os contatos sociais presentes no cotidiano escolar.

Ribeiro (2011, p. 40) transcreve o relato de uma mãe sobre a discriminação sofrida por seus filhos na escola:

Sou brasileira, tenho dois filhos brasileiros e meu marido é boliviano. Temos um padrão de vida muito bom, meu marido tem posição financeira definida. Em casa, muitas vezes conversamos em espanhol. Acredito que essa seja uma forma de transmitir uma multiculturalidade para os meus filhos. Meu marido tinha por hábito ao buscar nossos filhos na escola, chamá-los em espanhol. Os meninos pediram a ele para que não os buscasse mais, ou então, se o fizesse, ficasse calado, para que não fossem criticados pelos colegas (L., 40 anos).

Percebe-se nesse relato uma situação habitual: famílias que possuem membros nascidos na Bolívia frequentemente utilizam o espanhol como idioma para comunicação entre seus pares, quando estão em casa. Toda a sua cultura está enraizada na Bolívia, e

mesmo os alunos sendo brasileiros (como na fala acima) carregam hábitos, costumes, crenças e o idioma do país vizinho. Arf (2016) aponta sobre a peculiaridade desses alunos que “[...] em casa, ele é brasileiro quando todos são bolivianos, na escola, ele é boliviano quando todos são brasileiros” (Arf, 2016, p. 177).

Voltando em Ribeiro (2011), a mesma pondera sobre a necessidade de ações diferenciadas para as escolas localizadas em regiões fronteiriças e sobre formação de professores:

[...] a escola de fronteira precisa ser diferenciada das demais escolas públicas brasileiras, voltando-se para as necessidades locais, com disciplinas e livros que contemplem esse universo. A falta de adaptação para as necessidades das crianças fronteiriças, bem o sabemos, tem início antes da sala de aula da escola de fronteira e tem sua origem nos cursos de magistério e de pedagogia que ignoram totalmente as especificidades das muitas realidades que o educador enfrentará no exercício profissional. Se o profissional da educação for devidamente preparado para lidar com a diversidade própria da fronteira, pode melhorar o seu desempenho e seus resultados, pois a ele compete a missão de aglutinar e identificar aptidões, atitude fundamental na condução do processo (Ribeiro, 2011, p. 40).

Em uma análise sobre cursos de licenciatura, ofertados pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Pantanal (UFMS / CPAN), que é localizada em um município de fronteira (Corumbá-MS) para a prática docente em um contexto fronteiriço, Tavano e Gonçalves (2023) consideram que:

[...] os cursos de Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia não registram em seu currículo prescrito a intencionalidade de discussão da temática da fronteira em seus elementos disciplinares obrigatórios, que são os de garantia de execução e ação formadora. Ao não registrarem em suas componentes obrigatórias, e deixa-las para as componentes optativas, colocam a discussão em um outro nível de seleção, que dependerá da intencionalidade do próprio corpo docente e gestor para buscar meios de ofertar aos acadêmicos essa proximidade de discussão. Ao colocar a intencionalidade nas componentes obrigatórias, os cursos de Educação Física, Geografia, História, Letras Português-Inglês e Letras Português Espanhol marcam na prescrição curricular essa preocupação (Tavano e Gonçalves, 2023, p. 12).

O curso de Pedagogia, que está com o Projeto Político Pedagógico de 2023 em fase de implementação, prevê a disciplina Educação e Fronteira, que passará a ser ministrada a partir do primeiro semestre de 2024. Serão ofertadas apenas 10 vagas. Essa disciplina compõe o quadro de disciplinas do Núcleo de Aprofundamento (NAP). São disciplinas de carga horária obrigatória. Porém, como são ofertadas 3 disciplinas simultaneamente, os alunos podem escolher qual fazer.

A falta de elementos para estudo e conhecimentos sobre a fronteira desde a graduação reflete diretamente na prática docente, nas relações estabelecidas com alunos de outras nacionalidades, no ensino de um grupo que utiliza outros idiomas além do português para se comunicar e na metodologia adotada pelo professor no planejamento de suas aulas.

Outra pesquisa desenvolvida em uma escola municipal da zona rural, próxima à linha que delimita Brasil e Bolívia que possui muitos alunos de origem boliviana, foi realizada por Moraes (2012), também retrata acontecimentos com alunos que frequentam as escolas municipais de Corumbá e moram em Porto Quijarro ou Puerto Suárez. No estudo, foi constatado que o aluno passa parte de seu dia na escola, recebendo conteúdos, instruções e atividades elaboradas para o alunado brasileiro e noutro período do dia estão com sua família na Bolívia. Moraes (2012) expõe a falta de sensibilidade de enxergar o outro idioma como um instrumento de ampliação do repertório comunicativo oral dos alunos e sobre a identidade na fronteira:

Numa realidade como esta é fácil construir estereótipos: eleger uma variedade linguística de maior prestígio, como única legítima; desprestigiar a complexidade linguística; evidenciar a identidade nacional de um grupo em detrimento do outro e transformar em algo ainda mais complexo a construção identitária de fronteira (Moraes, 2012, p.14).

Ainda Moraes (2012) apresenta o preconceito com alunos que falam dois idiomas, no caso, português e espanhol, quando deveria ser motivo de valorização:

O potencial bilíngue que devia ser enriquecedor parece ser um problema, pois atrapalha na escrita, o que é comum em situações de interlínguas. Além disso, o preconceito linguístico que esses alunos enfrentam se torna um desafio a mais a ser vencido, pois alguns sentem receio de falar em espanhol com os professores e com os demais alunos que moram no Brasil (Moraes, 2012, 17-18).

A língua mostra-se como objeto de preconceito, acentuando a exclusão social daqueles que não dominam o português.

Numa região de fronteira, o preconceito linguístico é contra o país menos prestigiado, com o desprestígio do espanhol. Assim, constata-se um desinteresse em aprender o espanhol por parte dos corumbaenses, diferentemente do esforço dos bolivianos em aprender o português (Moraes, 2012, p. 35).

Conceição (2014) analisa a presença de alunos de origem boliviana, migrantes pendulares, nas escolas brasileiras Centro de Atendimento Integrado a Criança Padre

Ernesto Sassida (CAIC) e Dom Bosco da região fronteiriça. Ela traz discussões sobre as dificuldades enfrentadas por esses alunos no processo ensino-aprendizagem, nas relações sociais e na construção da identidade territorial:

A Bolívia é um país multicultural, entretanto, para os brasileiros de fronteira, independentemente da origem do migrante, a identidade nacional prevalece, ou seja, o indivíduo é boliviano. E ser boliviano em Corumbá, ora gera integração, ora gera preconceito. Não é difícil encontrar histórias que nos mostram que ser boliviano ou mesmo descendente de boliviano em Corumbá é enfrentar uma discriminação, velada na maioria das vezes, mas, marcadas por relações de poder. As brincadeiras de mau gosto e/ou as frases preconceituosas que já se tornaram comuns na região, são expressões desse processo. É comum em Corumbá esse gentílico trazer oculto, alguns conceitos discriminatórios como o de sujeira, pobreza e feiura. Isso mostra que, na fronteira, a identidade nacional é mais evidente que a étnica (Conceição, 2014, p. 50-51).

O preconceito com alunos de origem boliviana é descrito nas pesquisas citadas. Quem chega de outro país, falando um idioma diferente, vem para ocupar um lugar que não é seu, se apropriando de espaços, culturas e benefícios. Como exposto neste texto, no âmbito educacional não é diferente, mostrando-se evidente no comportamento e na fala das pessoas.

Godoy (2016), que pesquisou a multiculturalidade nas escolas de fronteira, fala do silenciamento por parte de estudantes provenientes da Bolívia:

Os estudantes de origem boliviana, mesmo falando, em sua casa, uma das línguas maternas da Bolívia, mesmo tendo residência fixa na Bolívia, e tendo outras expressões próprias de sua cultura, preferem não as expressar em público ou na sala de aula. E, quando indagados se sofrem algum tipo de preconceito, a resposta é negativa, numa tentativa de disfarçar a realidade, revelando um esquema para sobrevivência no ambiente diferente do próprio país (Godoy, 2016, p. 70).

Como já descrito anteriormente neste capítulo, muitos estudantes e calam durante os momentos de atividades em sala de aula ou mesmo nas interações com outros colegas. Godoy (2016) assinala esse comportamento como um ‘esquema’, na tentativa de se proteger de possíveis retaliações por conta do idioma ou de expressões trazidas do país vizinho.

Os alunos de origem boliviana enfrentam frequentemente o desafio de se adaptar a um novo ambiente escolar, bem como aos costumes e tradições de uma cultura diferente. Esse processo de adaptação pode ser complexo, pois envolve a assimilação de novos hábitos, rotinas e até mesmo a aprendizagem com um idioma diferente.

Arf e Velasque (2017, p. 104) escreve sobre as diferenças e implicações nas salas de aula de regiões fronteiriças:

As escolas situadas em área de Fronteiras são, em geral, instituições que acolhem indivíduos de nacionalidades distintas e que lidam com situações típicas dessas regiões, como, por exemplo, a mescla dessas diferenças num mesmo ambiente escolar. Conflitos e discriminações são partes dessa confluência nos estabelecimentos que recebem demanda de imigrantes transnacionais (Arf, Velasque, 2017, p. 104).

Ao optarem por estudar no Brasil, muitos precisam atravessar a fronteira. Conde (2020) cita o movimento pendular que muitos fazem ao decidirem pelos estudos em Corumbá e sobre a negação da própria língua, reforçando o desejo de ser aceito no ambiente escolar:

Ao atravessarem a fronteira trazem consigo a sua bagagem cultural, rompem os limites dos territórios e constroem a identidade fronteiriça. Esse alunado brasileiro, de origem boliviana, na busca de serem aceitos passam a negar a própria língua, que é o espanhol. Essa contextualização cria situações *sui generis* nas escolas, uma vez que há alunos pendulares (Conde, 2020, p. 68)

Uma pesquisa recente, que traz o termo ‘xenofobia’ em seu título, desenvolvida por Vernochi (2022), trata da discriminação em sala de aula no ambiente fronteirço, o preconceito e a hostilidade com alunos de diferentes nacionalidades. Para Vernochi (2022, p. 22) “através dela são reforçados estereótipos de diversos grupos por fatores culturais ou religiosos. Essa prática preconceituosa vem geralmente acompanhada de etnocentrismo, onde o indivíduo acredita que sua cultura é superior às demais”.

A maioria das pesquisa relata as dificuldades com relação ao idioma dos alunos de origem boliviana. Tanto quando falam, como quando se calam.

2.1 Abordagens Educacionais

Este subitem apresenta as contribuições sobre abordagens educacionais de Álvaro Vieira Pinto e Pierre Bourdieu para a educação, e as relaciona com as escolas situadas na fronteira.

Álvaro Vieira Pinto traz abordagens sobre o papel da educação e da escola de maneira crítica, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia dos indivíduos dentro da sociedade.

Sobre a concepção de educação, Pinto (1982) afirma que:

é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses. Por conseqüência, a educação é formação (*Bildung*) do homem pela sociedade, ou seja, o processo pelo qual a sociedade atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos (Pinto, 1982, p. 29 - 30).

Vieira Pinto (1982, p.71)), por sua vez, pontua que na “[...] distinção entre modalidades e tipos de educação e só deriva das diferenças de grau no desenvolvimento fisiológico e psicológico do homem (das idades no curso de sua vida).”

O educador ainda acrescenta que:

[...] o que distingue uma modalidade de educação de outra não é portanto o conteúdo, os métodos, as técnicas de instruir (isto é o secundário, o reflexo) e sim os motivos, os interesses que a sociedade, como um todo, tem quando educa a criança ou o adulto. Este é o fator primário, fundamental (Pinto, 1982, p.72).

Sendo assim, Vieira Pinto propõe que se supere a função reprodutivista e excludente que a escola tem, e se coloque como uma escola transformadora da sociedade. Um lugar de estímulo ao pensamento crítico e à conscientização dos alunos, preparando-os não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade como cidadãos conscientes e ativos.

Pensando nas escolas do contexto dessa pesquisa, e seguindo as conceituações de Álvaro Vieira Pinto, a escola deve ser desenvolvida enfatizando a importância de a educação ir além da mera transmissão de conhecimento, promovendo uma reflexão crítica sobre a realidade social e cultural, e não apenas respeitando, mas valorizando e fortalecendo as identidades locais, ao mesmo tempo em que prepara os alunos para enfrentar as complexidades fronteiriças.

Bourdieu (2023) traz a representação da escola como reprodutora das desigualdades sociais, perpetuando conceitos e comportamentos e valorizando o capital cultural das elites. A escola legitima a hierarquia social ao atribuir o sucesso ou fracasso escolar às características individuais (como talento e esforço), quando, na verdade, as desigualdades de origem social determinam grande parte do desempenho dos estudantes.

Bourdieu também introduz o conceito de violência simbólica, que se refere às formas sutis e muitas vezes invisíveis de dominação que são exercidas através da cultura, da linguagem e das normas sociais, impondo o capital cultural das classes mais privilegiadas como um padrão universal. Essa imposição ocorre de maneira quase invisível, pois se apresenta como algo ‘natural’.

No ambiente escolar fronteiriço, isso é percebido no tratamento hostil com os alunos de origem boliviana e na negação do outro idioma (espanhol) pelos alunos que falam o português.

Para que seja favorecidos os mais favorecidos, e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças [...]. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais (Bourdieu, 2023, p. 59).

Tratando formalmente todos os alunos de maneira igual, e não reconhecendo os de origem boliviana a escola acaba, na prática, ignorando as desigualdades pré-existentes entre os alunos. No contexto fronteiriço, essa situação é complexa visto que a REME possui alunos brasileiros com características fenotípicas da Bolívia, que falam o português fluentemente e ainda assim, sofrem com a hostilidade, reforçando o sentido de legitimidade e desvalorizando o outro idioma e a cultura do outro país.

Portanto, a presença de alunos de origem boliviana nas escolas corumbaenses é uma realidade que não pode ser desconsiderada. E a escola precisa fortalecer a sua função social, inserindo o aluno migrante internacional no lugar em que ele escolheu viver.

3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO.

3.1 Sobre o Local da Pesquisa

A unidade escolar municipal definida como local de pesquisa está localizada em uma região conhecida como ‘Parte Alta’ da zona urbana do município de Corumbá. Possui prédio próprio, sua construção foi específica para escola, sendo sua mantenedora a Prefeitura Municipal de Corumbá (PMC) através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Essa instituição de ensino foi escolhida devido à ausência de estudos prévios sobre essa região em trabalhos publicados no repositório do MEF e realizados por egressos no âmbito educacional, ainda não constavam explorações dessa parte da cidade.

A região citada é composta por diversos bairros onde, segundo pude apurar em abordagens, há expressiva presença de migrantes internacionais, notadamente de bolivianos. Nas proximidades da escola pesquisada, parte da população de origem boliviana está fixando moradia e comércio nesse local (Figuras 6, 7, 8 e 9), o que consequentemente vem acompanhado de um crescimento do alunado de origem boliviana.

Figura 6 – Comércio local (Bairro Jardim dos Estados)



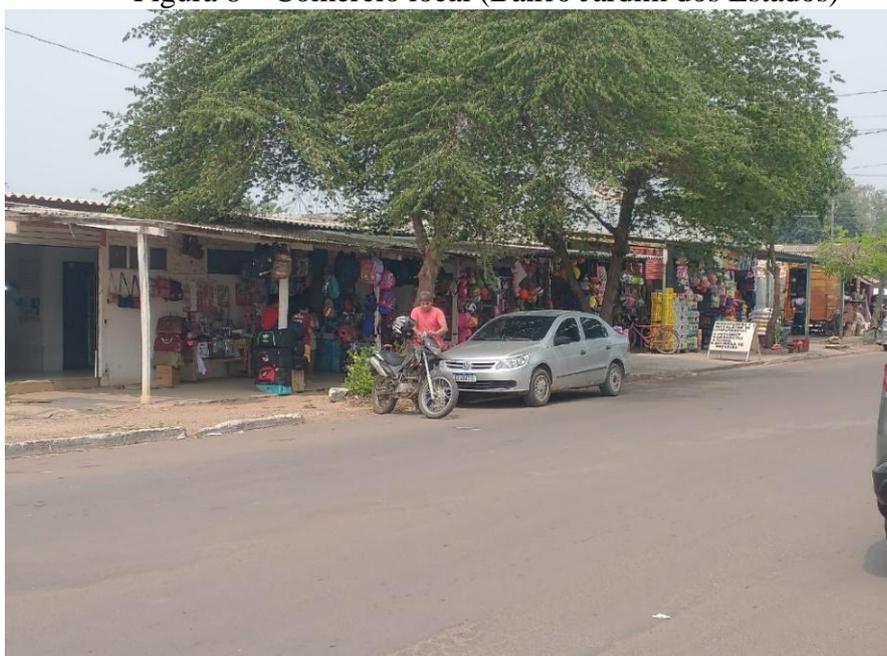
Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 7 – Comércio local (Bairro Jardim dos Estados)



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 8 – Comércio local (Bairro Jardim dos Estados)



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 9 – Comércio local (Bairro Jardim dos Estados)



Fonte: Acervo Pessoal.

Sobre a educação infantil da unidade escolar pesquisada, é composta por turmas de Pré I e Pré II, nos períodos matutino e vespertino, totalizando 95 alunos (julho / 2024), como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Alunado da unidade escolar pesquisada (Educação Infantil):

Pré I-A Matutino	26 alunos
Pré II-A Matutino	25 alunos
Pré II-B Matutino	18 alunos
Pré II-C Vespertino	26 alunos

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados acima foram informados pela secretaria da unidade escolar. E, a opção pela etapa da educação infantil, no segmento de pré-escola foi por ser o primeiro contato da criança com o ambiente escolar, já que é nesse período que a educação passa a ter caráter obrigatório.

Sobre a educação infantil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) explica que:

A educação infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa na maioria das vezes, a primeira

separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. [...] Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens [...] a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade (BRASIL, Ministério da Educação, 2018, p. 36-37)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) é um relevante documento, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), para nortear os currículos das escolas, definindo as competências, habilidades e conteúdos que devem ser trabalhados em todas as escolas do país. Seu objetivo é padronizar o currículo em todas as regiões do Brasil.

3.2 A Pesquisa de Campo

Como já citado na introdução, essa é uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, centrada em um estudo de caso, e que tem como objetivo conhecer a realidade dos alunos de origem boliviana em uma escola da REME de Corumbá, através das percepções de docentes. Os dados qualitativos foram coletados e analisados dentro do contexto em que ocorreram, levando em conta fatores sociais, culturais, históricos e ambientais.

Como técnica de coleta de dados, foi utilizada a entrevista. Marconi e Lakatos (2003) descreve a entrevista como:

[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados, ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi e Lakatos, 2003, p. 195).

A preferência pela entrevista semiestruturada se deu por ser um método de coleta de dados que combina a flexibilidade das entrevistas não estruturadas com a orientação das entrevistas estruturadas, para obter informações detalhadas e profundas sobre o tema em questão, mantendo um certo grau de organização e foco. Richardson (2012) pontua que essa tipologia de entrevista “desenvolve-se a partir de perguntas precisas, pré-formuladas e com uma ordem preestabelecida. O entrevistador dirige o processo evitando qualquer ‘desvio’ do entrevistado” (Richardson, 2012, p. 210).

A entrevista semiestruturada foi realizada com os professores de educação infantil, da pré-escola. Tanto os regentes quanto os de área (língua estrangeira, arte e

educação física) que atuam nos períodos matutino e vespertino, intencionando explorar amplamente questões acerca dos alunos de origem boliviana e todas as temáticas que envolvem a presença desses estudantes nesta escola do município de Corumbá.

As entrevistas foram realizadas da seguinte maneira: em um primeiro momento, era entregue aos professores respondentes uma folha impressa com as questões que seriam levantadas durante a entrevista. Quando sinalizavam que estavam prontos para o início da entrevista, as perguntas eram iniciadas e gravadas com aparelho de celular, utilizando um aplicativo chamado “gravador de voz”. Após a resposta, a gravação era mostrada ao professor respondente dando sempre a opção de alteração para a sua resposta inicial. Caso fosse feita alteração na resposta, a primeira gravação era apagada. Posteriormente, toda a entrevista foi transcrita integralmente para um programa de processador de textos.

Optou-se pela escolha dos profissionais que atuam na educação infantil para a entrevista, já que essa é a primeira etapa da educação básica e obrigatória, e sendo assim, o primeiro contato da criança com o ambiente escolar (para aqueles que não frequentaram o segmento de creche, na educação infantil).

Para os participantes da pesquisa que aceitaram responder a entrevista, foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, sendo uma para a pesquisadora e o outro para o entrevistado (a). O TCLE consta nos anexos dessa pesquisa.

Durante o período dessa pesquisa, foram realizadas oito visitas à sede da escola, algumas para coleta de dados na secretaria da instituição e outras para as entrevistas, que ocorreram tanto no período matutino quanto no vespertino.

Dos dez professores que atuam na educação infantil da escola pesquisada, oito participaram da entrevista, sendo eles regentes de sala de aula, de arte, de língua estrangeira e de educação física. Os professores que aceitaram ser respondentes nessa pesquisa estavam em hora atividade, quando foram entrevistados.

Dados como idade, sexo e tipos de vínculo empregatício não foram levantados nessa investigação.

3.3 Apresentação dos Resultados

01 Durante a graduação, quais conteúdos abordaram o contexto específico das escolas que se localizam em região de fronteira?

Prof. 1 Não tivemos nada específico nessa área durante a formação.

Prof. 2 Não tivemos nenhuma disciplina.

Prof. 3 Nós não tivemos temas específicos relacionados aos nossos vizinhos bolivianos.

Prof. 4 Como eu não me formei aqui, eu não sei abordar esses assuntos.

Prof. 5 Não me recordo.

Prof. 6 Não me recordo de nenhum conteúdo.

Prof. 7 Durante a graduação não houve conteúdo.

Prof. 8 Não houve nenhum conteúdo específico para região de fronteira, relacionado a educação.

Dos oito professores que participaram da entrevista, quatro cursaram a graduação na UFMS/CPAN. Como já citado no segundo capítulo, os cursos de licenciatura ofertados pelo Câmpus do Pantanal não trazem conhecimentos sobre a fronteira, ignorando as especificidades dessa região.

Arf e Velasque (2017, p. 111) entendem que “os educadores, em sua maioria, são fronteiriços de origem, mas não foram preparados, em suas formações para atender a esse tipo de público, sequer imaginavam que teriam situações tão desafiadoras pela frente”.

A segunda pergunta foi sobre a presença dos alunos de origem boliviana nas unidades escolares de Corumbá, para entender e conhecer o ponto de vista do professor.

02 Qual a sua opinião sobre os alunos de origem boliviana nas escolas municipais de Corumbá?

Prof. 1 Como são crianças pequenas, aprendem muito rápido o português. Mas amamos mesmo. A dificuldade na sala é falar o português, se expressar de maneira que eles entendam.

Prof. 2 É uma realidade no nosso município, por ser um município fronteiriço, com uma fronteira seca. Então a presença desses alunos é uma realidade, eles têm que ser acolhidos e participar da aula ativamente.

Prof. 3 A educação é universal, e aqui percebo que tem muitos alunos bolivianos e que nasceram em Corumbá, então falam espanhol, mas são brasileiros e possuem o mesmo direito que nós legalmente.

Prof. 4 Essa interação é bem interessante, essa parceria, essa inclusão dos bolivianos aqui.

Prof. 5 A frequência deles no Brasil, em relação ao ensino, está relacionado ao aprendizado de uma nova língua.

Prof. 6 Acho que é devido a localização. E aqui o acesso à educação é mais fácil pra eles.

Prof. 7 Eu acredito que faz parte da socialização, da globalização. A única dificuldade que percebo é o diálogo em si, porque as vezes o professor não entende, o aluno também não entende o que o professor está explicando...

Prof. 8 Eles são bem presentes, os pais são ativos. Eu vejo que a formação familiar deles adiciona muito no aprendizado porque eu vejo muito a presença dos pais na escola, tanto aqui quanto na outra escola que eu trabalho, que é o CAIC... E são os meus alunos mais empenhados.

De maneira geral, entendemos que o alunado de origem boliviana é bem-visto pelos professores. Fatores como aprender outro idioma, a facilidade no acesso à educação em Corumbá, e a compreensão da realidade de um município fronteiro viabilizado pela proximidade com a Bolívia faz da presença desses estudantes uma realidade inquestionável na REME.

A terceira pergunta questiona as práticas acrescentadas pelos docentes quando possuem em suas salas de aula alunos de origem boliviana.

03 Você já teve em sua sala estudantes de origem boliviana? Se sim, quais práticas você implementou para acolhê-los?

Prof. 1 Já tive, aliás tenho. Tenho não especificamente na educação infantil, mas tenho uma aluna que ela não fala português e aí tem palavras que ela não entende. Ela me pergunta aí a gente pesquisa imagem juntos pra entender do que ela tá falando até chegar a uma compreensão.

Prof. 2 Sim, eu fui coordenador (a) em outra escola, onde 70% dos alunos são bolivianos. E uma das coisas que adotamos na escola foi empregar os dois idiomas em cartazes. Por exemplo, no cartaz que indicava cozinha, então tinha a palavra cozinha em português e em espanhol, pra que eles pudessem se sentir em casa e identificar na sua língua os locais da escola.

Prof. 3 Sim, já tive e tenho... Trabalho também em outra escola municipal, e lá o número de alunos bolivianos é muito grande. Eu tento falar um pouco de espanhol, a grande dificuldade é a comunicação, o entendimento.

Prof. 4 Sim...

Prof. 5 Sim, já tive. A primeira prática é que eu acredito ser fundamental é passar segurança pra esse novo aluno, pra que ele se sinta confortável nesse novo espaço, que pra ele é estanho, devido a língua. Muitas vezes ele não tem o conhecimento da língua portuguesa.

Prof. 6 Sim, eu procuro incluir com a língua, tento falar o espanhol e com atividades que remetem ao país de origem deles.

Prof. 7 Sim, ao longo dos anos sim. Acho que tem aumentado bastante os alunos hispano-hablantes e a prática que eu uso com eles é falar em espanhol, porque eu falo espanhol, então falar, traduzir o que eles não estão entendendo.

Prof. 8 Sim, tive vários alunos desde a pré-escola até o fundamental II. Eu

consigo falar um pouco de espanhol pela minha vivência aqui na fronteira, desde a infância estudei com colegas bolivianos e também tenho amigos de lá. Eu faço a inclusão cultural, abordando a interculturalidade de muitos países, a música (na linguagem musical), no teatro, na dança e principalmente na grafia, em artes plásticas e artes visuais, que a cultura boliviana é bem rica.

De acordo com as respostas, é perceptível que mesmo que em sua graduação o currículo ofertado nos cursos não possuísse indicação de um contexto fronteiriço, os professores procuram meios para suprir essa deficiência, empregando diversas estratégias. O Professor 2 cita cartazes nos dois idiomas indicando as dependências da escola para que os alunos de origem boliviana se sintam pertencentes àquela comunidade. O Professor 8 desenvolve atividades que contemplem a cultura boliviana com música e artes gráficas. Outros professores tentam falar em espanhol com esses alunos e o Professor 1 recorre a aplicativos de tradução para facilitar a comunicação em sala de aula.

Golin *et al.* (2014) pondera sobre a relevância de reflexionar as práticas pedagógicas, reconsiderando posturas pedagógicas que podem negligenciar a complexidade desse contexto fronteiriço:

[...] quando pensarmos pedagogicamente as ações em escolas localizadas em regiões de fronteira, precisamos repensar nossas posturas pedagógicas negligentes no âmbito educacional. De modo especial devemos considerar a pluralidade cultural e as tensões presentes nos diversos espaços sociais que a fronteira naturalmente produz (Golin *et al.*, 2014, p. 179).

A quarta pergunta foi sobre quais as dificuldades que os alunos de origem boliviana enfrentam nas salas de aula das escolas no Brasil.

04 Você observa que os estudantes de origem boliviana encontram dificuldades na escola? Pode explicar quais?

Prof. 1 Acho que eles apresentam dificuldades na hora de falar a palavra em português. E aí começamos a pesquisar um número de imagens presente chegar compreensão do que ela queria quer falar.

Prof. 2 Sim, principalmente com o idioma, tanto no entendimento como para verbalizar.

Prof. 3 Sim, a principal é a língua materna, a nossa é o português e a deles é o espanhol. Mas percebo que quanto mais alunos bolivianos a escola tem, mais fácil fica o entendimento porque todos vão conhecendo mais o idioma de ambos os países, e até os brasileiros a aprendem um pouco do espanhol.

Prof. 4 Eles encontram algumas barreiras sim, nem todos os professores falam espanhol, então isso limita muito...

Prof. 5 Sim, e o principal fator é a língua. Muitas vezes eles vêm para o Brasil

para aprender uma nova língua.

Prof. 6 Dificuldades na escrita, na leitura... Na escrita eles trocam muito as palavras e na oralidade também, principalmente quando são muito pequenos. Há uma dificuldade para entender até quando pedem pra ir ao banheiro.

Prof. 7 Sim, eles têm essa dificuldade. Alguns não alguns já moram aqui na fronteira, então desde pequenininho já aprendem as duas línguas. Mas os que vem de lá encontram essa dificuldade em entender o que o professor está falando. Então eu tenho esse método, de traduzir pra eles.

Prof. 8 Existe sim, e aí eu tenho que trabalhar em português e espanhol para a comunicação.

As respostas foram unânimes em relatar as dificuldades com relação ao idioma. O Professor 7 acrescentou sobre as diferenças quando a família de origem boliviana já reside em Corumbá desde a tenra idade da criança e com isso já fala e entende bem o português, e quando são recém-chegados da Bolívia, e mostram muitas limitações com a fala e entendimento no ambiente escolar. Ainda nessa questão, o Professor 1 relata experiências sobre a utilização de desenhos e figuras para facilitar a comunicação. O Professor 3, que também leciona em outra escola municipal, com grande público proveniente da Bolívia, acrescenta que quanto mais alunado de origem boliviana tem na instituição, mais fácil fica o entendimento, já que todos vão se familiarizando com palavras e expressões em espanhol. De todos os respondentes da pesquisa, apenas um professor fala fluentemente o espanhol.

Na quinta pergunta, os docentes foram inquiridos sobre a inclusão de elementos que remetam a cultura da Bolívia.

05 Na sua prática docente, você costuma incluir algo que remete a cultura do país vizinho?

Prof. 1 Não.

Prof. 2 Sim, fazemos um movimento de fazer interlocução com as feiras livres, indo na feira livre com os alunos toda terça-feira, para fazer essa experiência de contato com a língua espanhola, e trabalhar alguns assuntos como matemática, lista de compras...

Prof. 3 Não, isso é algo que preciso que aperfeiçoar...

Prof. 4 Sim, eu trabalho a bandeira dos países...

Prof. 5 Sim, eu costumo discutir sobre as diferenças culturais, valorizar cada cultura e colocar o respeito que nós devemos ter sobre as diferenças culturais.

Prof. 6 Sim, eu trabalho com culturas diversas e eu incluo sim a Bolívia.

Prof. 7 Não. No papel não, é mais uma prática verbal, como uma conversa... De você falar certos exemplos que você dá pra eles localizarem, identificarem... É mais o diálogo em espanhol.

Prof. 8 Sim, texturas, estampas, a identificação das artes, principalmente rupestre e é regional. E quando falo sobre os indígenas exemplifico os povos da fronteira boliviana.

Nesta questão, alguns responderam que não costumam incluir em suas aulas componentes da cultura boliviana. O Professor 2 relata visitas às feiras-livres de Corumbá, estabelecendo diálogos entre estudantes e feirantes, e trabalhando outras áreas do currículo. O Professor 3 reconhece que necessita aprimorar essa questão em suas aulas. O Professor 5 discute sobre o respeito às diferenças culturais e sobre a valorização de culturas distintas. O Professor 8 trabalha com texturas, estamparias, arte rupestre e cita as etnias indígenas que compõem a população boliviana.

A sexta pergunta foi sobre a verificação do aumento de alunos de origem boliviana nas escolas de Corumbá, desde qual período isso ocorre e quais impactos esse fato traz para a escola.

06 Você observou aumento de alunos de origem boliviana nas escolas municipais de Corumbá? Se sim, desde quando você tem observado esse aumento e qual o impacto na escola?

Prof. 1 É o meu segundo ano aqui, esse ano não teve muito aumento. Acho positivo porque tem essa coisa mais multicultural, as crianças. Elas interessam em entender o que o outro está falando, tentando entender qual palavra que a criança tá falando.

Prof. 2 Nos últimos 5 anos houve um aumento muito grande, até porque os bolivianos estão habitando mais em Corumbá, se demorando mais por aqui, principalmente nessa região da Parte Alta, e com isso vem os alunos também. Então isso é bem recorrente.

Prof. 3 Eu entrei há 5 anos na REME. Em algumas escolas, o número de alunos bolivianos é grande. Nós temos que mudar a nossa metodologia de ensino para inclui-los.

Prof. 4 Como eu não sou daqui, não tenho como dar essa informação.

Prof. 5 Eu sou nova na rede, porém eu observei que temos sim uma frequência grande de crianças de origem boliviana aqui.

Prof. 6 Com certeza, aumentou muito. O impacto é a dificuldade do professor lidar com ele aluno por conta da língua...

Prof. 7 Mais ou menos uns 5 anos pra cá. Principalmente nessa redondeza aqui, a gente observa que muitos estão vindo morar aqui. Então nessa redondeza tem bastante.

Prof. 8 Sim, houve um aumento nessa localização da escola. A gente pode verificar muitas moradias de famílias bolivianas por aqui.

Os professores que estão há pouco tempo na REME responderam que não sabem precisar se realmente houve um aumento desses estudantes. Outros já relatam que isso vem ocorrendo nos últimos cinco anos, ou seja, desde 2019, e que observam também a escolha pela moradia em Corumbá de famílias de origem boliviana, na região onde foi desenvolvida a pesquisa. Sobre o impacto, o Professor 6 cita o idioma como um fator que ocasiona dificuldades na rotina escolar.

A sétima questão pretendia sugestões de ações propositivas da escola para receber alunos de origem boliviana.

07 Quais ações você sugeriria que a escola implementasse para receber os alunos de origem boliviana?

Prof. 1 Acho que o idioma - cartazes em espanhol pra que não se sintam excluídas.

Prof. 2 A primeira ação é o acolhimento, é acolher o aluno, não como diferente, mas como alguém na diversidade da sua cultura. O segundo ponto é organizar a escola para receber esse aluno, porque as escolas não estão preparadas pra isso, e isso vai um trabalho de entendimento da comunidade, e o próprio estudo de fronteira... E um terceiro momento é olhar para disciplinas que vão trabalhar a relação humana como EDH, História e Geografia e localizar as crianças dentro desse contexto social que estamos presentes e fazer esse movimento da escola ser um ambiente acolhedor para essas crianças.

Prof. 3 Precisamos de uma política pública. O espanhol precisa ser trabalhado também como Língua Estrangeira pela nossa condição de fronteira.

Prof. 4 Trazer um pouco da cultura deles... O hino, a bandeira e coisas da cultura deles. Eles vêm pra cá para aprender a nossa língua e assim nossos alunos também aprendem um pouco da cultura e do país deles.

Prof. 5 Acredito que a escola deve desenvolver projetos que envolvam as duas culturas, tanto do Brasil e da Bolívia. Talvez mesclar essas culturas num projeto, seria legal.

Prof. 6 Primeiramente preparar os professores para trabalhar com esses alunos.

Prof. 7 Eu acredito que a escola já tem feito a parte dela. Aqui na escola tem muitos professores que sabem pelo menos um pouco do espanhol e se comunicam com as crianças. Então pra ajudar seria um curso ou algo nesse sentido para os professores.

Prof. 8 Placas na escola, sinalizando nos dois idiomas... Inclusão de datas comemorativas, sempre colocar a cultura boliviana junto com a cultura brasileira. Trazer a colônia boliviana para fazer apresentações aqui.

Apenas o Professor 7 considera que a escola já faz a parte dela. Todos os outros propõem sugestões muito relevantes. Como já citado anteriormente, cartazes nas dependências da escola em português e espanhol. Fazer com que a comunidade escolar

conheça um pouco da cultura boliviana, bandeiras, hinos e apresentações artísticas. Inserção de projetos que promovam a interlocução das culturas do Brasil e da Bolívia, e de Datas Comemorativas. O professor 2 comenta sobre a organização da comunidade escolar, para o acolhimento dos alunos de origem boliviana. O entendimento da fronteira e das relações que a proximidade entre os dois países produz, e as modificações em algumas disciplinas para a melhoria das relações dentro da própria escola. O Professor 2 reconhece que as escolas municipais de Corumbá não estão preparadas para receber esse público.

Em um dos momentos de entrevistas, dois professores estavam juntos quando foram entrevistados, porém um de cada vez. No momento da pergunta de número 7, após indicar a sua resposta, um professor comentou com o colega: “mas se eles vêm pra cá, pro Brasil, então eles é que precisam se adaptar as escolas daqui”, se referindo aos alunos de origem boliviana.

Pereira e Santos (2015) salientam a importância da escola e sua função social:

Quando falamos na inserção social de imigrantes, não podemos desconsiderar a função social da escola que tem como objetivo integrar o indivíduo ao mundo da leitura e da escrita e ao conhecimento acumulado pela humanidade. Entendemos que ela é a principal instituição com o poder de garantir o verdadeiro processo de inclusão do imigrante na nova sociedade, pois é na escola que ele aprende a língua do novo país, os valores e o contexto social, político e cultural em que está inserindo (Pereira e Santos, 2015, p. 2)

A oitava pergunta da entrevista pedia sugestões de ações da SEMED nas escolas para receber os alunos de origem boliviana.

08 Quais ações você sugeriria que a SEMED implementasse para receber os alunos de origem boliviana?

Prof. 1 Implementar uma vez por semana, pelo menos, as aulas de aula espanhol.

Prof. 2 Primeiro a SEMED tem que reconhecer o idioma espanhol como importante nas escolas. Nós somos parte da América Latina e a maioria dos países falam espanhol e nós temos na nossa grade curricular o inglês como Língua Estrangeira. Ah, não dá pra fazer em todas as escolas do município? Que seja pelo menos nas escolas que tem um maior número de alunos de origem boliviana, nas escolas mais próximas da fronteira, e que precisam desse movimento para que o aluno se sinta parte também. Eu penso que é uma violência esse aluno que fala espanhol ter que aprender português, porque aqui ensinamos Língua Portuguesa. E não tendo esse apoio de outro profissional que fala o espanhol fica mais difícil e um outro movimento que eu acho que a SEMED precisa fazer é uma formação continuada de espanhol para os professores... Que seja o básico como os cumprimentos, palavras de uso cotidiano para que possamos ter uma comunicação mais eficaz com esses

alunos.

Prof. 3 A implementação do espanhol nas escolas para os alunos, como Língua Estrangeira.

Prof. 4 Seria importante a SEMED ter o curso de espanhol para os professores.

Prof. 5 Acredito que seja necessário formações e capacitações, para nós profissionais pra que a gente tenha mais capacidade, mais conhecimento em relação a língua dessas crianças, para uma melhor interação.

Prof. 6 Uma ação seria disponibilizar livros em espanhol para que os alunos conheçam o idioma espanhol, seria uma troca porque assim os alunos brasileiros também conheceriam o outro idioma.

Prof. 7 Acredito que cursos também...

Prof. 8 Apoio às escolas nessas questões, principalmente sobre formações, mas de uma forma mais incisiva, mais completa, com material literário. Formação continuada de professores de forma específica, voltada para a fronteira.

Quase todos os entrevistados sugeriram um curso de espanhol para os docentes que atuam nas escolas do município de Corumbá, que é fronteira com a Bolívia. Capacitações e formações sobre temáticas relacionadas a fronteira. O Professor 2 citou a importância do espanhol na grade curricular das escolas de Corumbá. Ele entende que é uma violência com os alunos de origem boliviana, que aprendem e falam o espanhol em casa e quando vão para a escola se deparam com um ambiente que não reconhece o espanhol, e ainda precisam se adaptar para aprender o português, então que o espanhol seja ofertado nas escolas próximas do limite entre os dois países.

A questão número 9, foi sobre a legislação vigente no Brasil para alunos de outras nacionalidades.

09 Você conhece a legislação vigente no Brasil para alunos de outras nacionalidades? Pode citar essa legislação?

Prof. 1 Não conheço.

Prof. 2 Não estou lembrado, mas em um Congresso que participei em Brasília, do ensino Íbero Americano e havia essa discussão do espanhol se tornar quesito obrigatório, principalmente nas cidades de fronteira.

Prof. 3 Desconheço. Mas eu procuro tratá-los de maneira igual, seja ele estrangeiro ou brasileiro. Pra ele estar estudando aqui ou é nato ou naturalizado.

Prof. 4 Não tenho nenhum conhecimento.

Prof. 5 Não tenho acesso.

Prof. 6 Não conheço.

Prof. 7 Não conheço nenhuma.

Prof. 8 Não conheço especificamente.

Diante das respostas sobre o desconhecimento de qualquer legislação sobre o direito ao acesso à educação por pessoas de outras nacionalidades, percebe-se o quão necessário são as capacitações, para o professor que atua em sala de aula de um município fronteiriço, tenha entendimento que esse direito é amplamente assegurado no Brasil, tendo vários dispositivos legais que proporcionem a esse estudante o mesmo direito que um brasileiro nato. É fundamental que a comunidade escolar, incluindo gestores, professores e funcionários, esteja ciente desses direitos e atuem de acordo com eles.

A décima pergunta foi sobre a necessidade de formações voltadas para a prática de ensino e acolhimento em escolas de região fronteiriça, como Corumbá, e porque entendem essa necessidade.

10 Há necessidade de formações voltadas para a prática de ensino e acolhimento aos estudantes? Por quê?

Prof. 1 Sim porque a gente como professor fica um pouco perdido, como disse nem com os desenhos escritos ela não sabia nada em português e quando ela falava eu não conseguia entender o que ela queria e aí a gente perde muito tempo uma tentando entender a outra.

Prof. 2 Sim, Acho de suma importância primeiro porque o professor não está preparado pra receber esse aluno. Então antes de acolher o aluno, tem que olhar pra esse professor pra ver se ele tem o mínimo de possibilidade de receber um aluno que fala outro idioma. Ele precisa ter o mínimo de garantia de que ele tem condições...

Prof. 3 Sim, principalmente o espanhol para os professores que não sabem falar o espanhol, dificulta o diálogo entre aluno e professor.

Prof. 4 Sim, porque muitos professores não falam o espanhol. Então a capacitação com o espanhol é essencial para um melhor acolhimento dos alunos.

Prof. 5 Com certeza! É necessário um maior conhecimento sobre a língua, sobre a cultura para que haja uma interação maior entre o profissional e o aluno.

Prof. 6 Prepara a gente pra receber esses alunos, muitas vezes a gente não consegue nem se comunicar com eles, muitos tem dificuldades de entender e de falar também.

Prof. 7 Sim, eu acredito que sim, para trabalhar o professor... E conhecimento, que é importante, e as formas para receber esses alunos.

Prof. 8 Sim, eu acho que a partir do momento que temos aluno de outro nacionalidade e sendo moradores do nosso município, temos que pensar numa

maneira de inclui-los acolhê-los e valorizá-los.

Conforme as respostas, o curso de espanhol é algo colocado como necessário para um melhor entendimento em sala de aula. O Professor 1 argumenta que algumas vezes perde muito tempo fazendo desenhos para tentar entender o que seus alunos querem dizer. O Professor 2 alerta para a importância de olhar primeiro para o professor, dar suporte, para que ele possa receber esse aluno que fala outro idioma. O Professor 8 reconhece que por ser um município de fronteira, temos moradores do país vizinho e que é imprescindível inclui-los e valorizá-los.

Amaral (2016) enfatiza a relevância da formação de professores contemplar as necessidades e especificidades para o docente que atua em uma escola de fronteira:

Os currículos convencionais de formação de professores para estas escolas não possuem um olhar específico para a fronteira: relações históricas, geografia regional, formação da sociedade fronteiriça, diversidade étnica e linguística da fronteira, etc. A necessidade de se oferecer formação específica para professores da fronteira é elemento recorrente na narrativa dos profissionais da educação. Estes entendem que as experiências locais devem servir de base para a construção de currículos e elaboração de materiais para a formação dos docentes (Amaral, 2016, p. 31)

A última pergunta da entrevista pedia sugestões dos professores para as formações.

11 Quais sugestões você faria quanto a essas formações?

Prof. 1 A matéria espanhol nas escolas para os alunos, e para os professores uma formação específica.

Prof. 2 Elas precisam ser contínuas, com conteúdo prático. É necessário olhar a relação escola-comunidade e organizar a cultura escolar de Corumbá como uma região de fronteira. Isso mobilizando todas as escolas pra receber bem, trazer esse conteúdo de fronteira, conhecer a Bolívia porque a gente vê um preconceito muito grande com bolivianos, que é histórico. Então a formação tem que ter esse contato direto, principalmente com pessoas de origem boliviana, quem tem que dar essas formações são pessoas de origem boliviana pra que a gente possa conhecer a realidade, sentir o que elas sentem, perceber que elas não são intrusas, até porque nós somos uma cidade irmã, não é invasão. É totalmente legal esses alunos estarem aqui, a gente precisa entender esse teor político trazer esse conteúdo para os professores na formação pra que também caiam alguns preconceitos, que não é um êxodo da Bolívia pra cá assim como se algum brasileiro quiser fazer esse movimento para a Bolívia, isso também é possível.

Prof. 3 Que tivessem professores de espanhol pra orientar os professores que falam português. Na minha opinião, o mais importante é o idioma mesmo.

Prof. 4 Ter o curso voltado para o espanhol, então a sugestão fundamental é essa o curso do idioma.

Prof. 5 Incluir cursos para os profissionais, envolvê-los mais com a cultura do outro país, com a qual estamos com o foco no aprendizado, danças, comidas típicas, brincadeiras, entre outros.

Prof. 6 Preparar uma equipe para receber essa família na escola, pra orientar nas atividades, explicar coisas da escola, do cotidiano. Eu percebo que muitos não fazem tarefa porque os pais também não entendem o que é solicitado nas atividades.

Prof. 7 Cursos e conhecimento da cultura boliviana.

Prof. 8 O espanhol é o principal tanto para professores, quanto no ensino para os alunos.

Novamente, os professores reconhecem a necessidade do curso de espanhol. O Professor 2 fala sobre a importância do conhecimento da cultura boliviana e sobre o preconceito, e que é essencial que a comunidade escolar entenda que estamos em uma região de fronteira, e que qualquer pessoa de outra nacionalidade tem sim direito de estar aqui (morar aqui) e também estudar. O Professor 6 ressalta que muitos alunos não fazem tarefa porque percebe que seus pais não entendem as atividades propostas.

Sobre as colocações do Professor 2, da organização da cultura escolar, Lima (2016) menciona que a reconstrução educacional não pode ser limitada a eventos pontuais:

Reconstruir a dinâmica educacional: a educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos, nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais. Trata-se de um enfoque global que deve afetar todos os atores e todas as dimensões do processo educativo. No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do professor, a relação com a comunidade, entre outros fatores (Lima, 2016, p. 155).

A realidade vivenciada por alunos de origem boliviana nas escolas de Corumbá, mostradas nessa pesquisa através das percepções do docente, enfatiza a necessidade do poder público de olhar a escola da região de fronteira com suas especificidades, diferente das escolas de outras regiões do país.

4 – PROPOSTA DE AÇÃO

Esta proposta tem como intuito auxiliar os professores que atuam na educação infantil de uma escola municipal de Corumbá, em sua prática diária, focada nos desafios que a realidade do ambiente escolar do contexto fronteiriço apresenta.

Por ser uma pesquisa do Programa de Pós-graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços, de caráter profissional, além da escrita e defesa de dissertação, como condição para obtenção do título de Mestre, o curso tem como requisito um produto dos estudos realizados durante a pesquisa, como uma resposta para o problema pesquisado.

Como proposta de intervenção, pensamos em um material didático, uma cartilha de consulta e orientação que auxilie o ensino, na rotina das salas de aula, de acordo com as dificuldades identificadas nas falas dos professores durante as entrevistas.

A cartilha está sendo elaborada com informações sobre legislação no âmbito educacional para pessoas de outras nacionalidades, algumas palavras e expressões em espanhol para facilitar a comunicação entre docentes e discentes e um pouco da cultura boliviana, com símbolos, cantigas, danças, vestimentas, datas comemorativas e brincadeiras típicas. Pretende-se que esse material sirva como um roteiro, um guia para consulta com sugestões de atividades para serem implementadas na rotina das salas de aula de educação infantil.

Cabem aqui sugestões pertinentes a SEMED:

- Curso de Espanhol para professores;
- Formações com temáticas sobre a fronteira;
- Formações sobre a cultura boliviana;
- Estudo de artigos sobre a fronteira Brasil-Bolívia que abordem a educação;
- Criação de Núcleo de Educação e Migração.

Entende-se que este material ainda não é a solução definitiva para os problemas enfrentados, mas representa um aporte, uma contribuição para as práticas diárias do professor, além de uma forma de intervir positivamente na busca pela melhoria da realidade dos alunos provenientes da Bolívia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade das escolas municipais de Corumbá, município que faz fronteira com a Bolívia, foi amplamente evidenciada neste estudo, seja nas pesquisas realizadas anteriormente por egressos do MEF, ou na fala dos docentes durante a investigação. Essa realidade não traz só problemas existentes nas unidades escolares, mais do que isso, traz também o contexto vivenciado por alunos migrantes internacionais de origem e ascendência boliviana que escolhem as escolas do Brasil para desenvolverem seu estudo, em busca de melhorias de vida.

A pesquisa de campo, ocorreu em uma unidade escolar situada na região do município de Corumbá conhecida como “Parte Alta”, em um bairro com crescente população de origem boliviana, e que foi um dos fatores que motivou a escolha pela instituição.

Para alcançar os objetivos propostos, foi feito um levantamento de pesquisas já realizadas, desde no ano de 2010, para dimensionar os estudos já existentes, avaliar o progresso e analisar projetos já executados. É um estudo de caso, para ir além da mera descrição de fenômenos, buscando compreender profundamente as relações causais e os mecanismos que influenciam o comportamento ou os resultados observados.

Esta dissertação também traz reflexões sobre as produções de autores como Álvaro Vieira Pinto e Pierre Bourdieu, fazendo uma correspondência com o contexto de escolas situadas em regiões de fronteira.

A abordagem foi qualitativa, com o foco em explorar e interpretar aspectos mais subjetivos e contextuais, para explicar a realidade do público pesquisado e suas especificidades. Para a coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada com professores. Como critério de seleção para entrevista (amostragem), foram abordados os professores que se encontravam em momento de hora atividade.

Observou-se que a primeira barreira para essa falta de suporte já acontece na graduação, com a falta de um currículo que traga temáticas específicas sobre a fronteira. Apenas um professor demonstrou em sua fala consciência de que todos nós somos a fronteira, e não apenas eles. Se o país, estado ou município se propõe (e é lei) matricular alunos de outras nacionalidades em seus estabelecimentos de ensino, automaticamente esse movimento exige uma obrigatoriedade, uma iniciativa de não só incluir esse aluno, como preparar o ambiente escolar para recebê-lo e reconhecer a presença desse aluno como um direito.

Outro aspecto que atravança a rotina escolar é o idioma. Essa questão aparece em quase todas as pesquisas, sendo ela motivo de dificuldade e de hostilidade, como apresentado em trabalhos anteriores. Alunos de origem boliviana geralmente falam espanhol, e como a pesquisa foi realizada na educação infantil, essas crianças ainda estão em fase de desenvolvimento da oralidade e escrita. Sobre a oralidade, existe a dificuldade no entendimento do idioma, que é intensificado porque muitos ainda não desenvolveram totalmente a fala, e pronunciam palavras de forma errada. O professor tem que se desdobrar para entender e ser entendido. Em uma das respostas da entrevista, um deles cita desenhos e figuras como forma de desvendar o que o aluno está pedindo.

O curso de espanhol foi unanimidade na pesquisa como sugestão de capacitação, o que demonstra preocupação por parte dos docentes com a comunicação com o público de origem boliviana nas salas de aula. Outras sugestões foram relacionadas ao conhecimento da cultura boliviana, e a importância de não ter apenas eventos pontuais sobre a Bolívia, mas que seja algo contínuo e cíclico, incorporado ao calendário e rotina escolar.

Outro ponto importante destacado nas entrevistas, pelos respondentes é a falta do idioma espanhol como língua estrangeira em um contexto de escolas localizadas em uma região fronteiriça. O ensino do espanhol nas escolas para os discentes facilita a comunicação entre as populações dos dois países, promovendo maior entendimento e conhecimento da cultura do outro. Sendo o espanhol, um dos idiomas mais falados no mundo, e o idioma oficial da América do Sul, continente onde está situado o Brasil, é pertinente o seu ensino nas escolas do município de Corumbá.

O desconhecimento, por parte dos docentes, sobre a legislação vigente no país para alunos de outras nacionalidades gera conflitos e situações embaraçosas, visto que há um entendimento de não pertencimento desses alunos ao quadro de alunado das escolas do Brasil, ou ainda, que esse aluno vem para tirar a vaga de um brasileiro nato. Aqui, reforçamos a importância de as formações sobre a legislação relacionada ao âmbito educacional entrar na temática sobre a fronteira.

Portanto, consoante os resultados alcançados nas entrevistas, percebeu-se que a falta de suporte para as escolas e também para os docentes, incide diretamente na realidade dos alunos de origem boliviana que escolhem as escolas do Brasil para desenvolverem seus estudos. E espera-se que essa pesquisa traga contribuições para o enriquecimento do debate em torno das questões educacionais e sirva como base para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Joana de Barros. Apontamentos sobre políticas educacionais e as fronteiras brasileiras. **Revista Geopantanal**, v. 11, n. 21, p. 23-38, 2016.

ARF, Lucilene Machado Garcia; VELASQUE, Sabrina Rodrigues. O Cotidiano dos Professores e Alunos Pertencentes às Escolas de Fronteira The Daily of Teachers and Students Belonging to the Border Schools El Cotidiano de los Profesores y Alumnos Pertencientes a las Escuelas de Frontera. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 8, n. 1, p. 103-114, 2017.

BAPTISTA, Emerson Augusto; CAMPOS, Járvis; RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Migração de retorno no Brasil**. Mercator (Fortaleza), v. 16, p. e16010, 2017.

BORBA, Vanderlei. **Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa**. 2013; 4 (2): 59-78.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Editora Vozes, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 maio 2024

BRASIL. **Decreto n. 6.737, de 12 de janeiro de 2009**. Promulga o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Bolívia para permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004. Disponível em: < [Decreto nº 6737 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2009/006737.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: < [L13445 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2017/05/lei13445.htm)>. Acesso em: 06 abri. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Disponível em: < [PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018 \(mj.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/portal/arquivos/pdf/Resolucao_1_13_novembro_2020.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CONCEIÇÃO, Orsolina Silva Fernandez da **Migração Pendular na Fronteira Brasil-Bolívia: Uma Análise dos Alunos nas Escolas Públicas de Corumbá**. 2014. Dissertação de Mestrado. (Curso de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal, Corumbá, MS).

CONDE, Mariana Vaca. **Estudo das Línguas no Contexto de Fronteira Bolívia-Brasil: Reflexão das Políticas Linguísticas**. 119 p. 2020. Dissertação de Mestrado. (Curso de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal, Corumbá, MS).

CORI, Vaneza Igrid Mamani; GONZÁLES, Wilma Magalí Caveró. LAS POLÍTICAS PÚBLICAS REFERIDAS A LA EDUCACIÓN Y SU INCIDENCIA EN EL MUNICIPIO FRONTERIZO DE PUERTO QUIJARRO. **Revista GeoPantanal**, v. 11, p. 57-70, 2016.

COSTA, Edgar Aparecido. **Mobilidade e fronteira**: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. *Revista Transporte y Territorio*, n. 9, p. 65-86, 2013.

CRESWELL, John w. **Projeto de Pesquisa**: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DA SILVA, Vanessa Valadão Gouvêa Gomes; ARF, Lucilene Machado Garcia. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ATRAVÉS DO ACORDO DE CONCESSÃO AO ESTUDO, TRABALHO E RESIDÊNCIA. **Revista GeoPantanal**, v. 17, n. 33, p. 114-135, 2022.

DE ARAUJO, Ana Paula Correia; DA CONCEIÇÃO, Orsolina Fernandes; DE CARVALHO, Luciani Coimbra. A arrogância revelada no conflito: bolivianos e brasileiros no espaço escolar da cidade de Corumbá (MS). **Espaço Aberto**, v. 5, n. 1, p. 145-162, 2015.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **Fronteiras terrestres do Brasil**. Brasília, DF: FUNAG, 2015. Disponível em: <https://antigo.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/fronteiras-terrestres-brasil-13052015.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GODOY, THIAGO DA SILVA. **A Multiculturalidade na Escola de Fronteira**. 2016. Dissertação de Mestrado. (Curso de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal, Corumbá, MS).

GOLIN, Carlo Henrique. **Educação física escolar na fronteira Brasil-Bolívia**: desafios e dilemas interculturais. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Senso* em Educação Física, Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF, 2017.

GOLIN, Carlo Henrique *et al.* Identidade e interculturalidade na fronteira Brasil-Bolívia: desafios e perspectivas para a Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 22, n. 4, p. 171-184, 2014.

GOOGLE EARTH. **Puerto Suarez, Porto Quijarro (Bolívia) e Corumbá, Ladário (Brasil)**. 2023. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2024. **Bolívia**. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/bolivia>. Acesso em: 24 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Corumbá - Histórico. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/historico>. Acesso em: 24 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Corumbá - Panorama**. 2023. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>. Acesso em: 20 set. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Corumbá (MS). 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/366>. Acesso em: 24 nov. 2024.

LIMA, Antônio Cesar Barreto. Desafios Pedagógicos para a Cooperação Educacional na Fronteira. **Revista Geopantanal**, V. 11, N. 21, P. 151-160, 2016.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.

MACHADO, Lia Osório. **Estado, territorialidade, redes**. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. Continente em chamas. Globalização e território na América Latina, v. 1, 2005.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, fronteiras, redes**. Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: AGB, v. 1, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas, 2003.

MENDES, Eliziane Lima, DOS SANTOS, Zuila Guimarães Cova. O lugar do imigrante boliviano em Guajará-Mirim (RO), fronteira do Brasil com a Bolívia. **Revista Presença Geográfica**, Vol. 6 (Esp. 1), 119-131.

MORAES, Lourival M. **Bilinguismo e Jogo de Identidades na Região de Fronteira: A Escola Eutrópia Gomes Pedroso de Corumbá**. 2012. Dissertação de Mestrado. (Curso de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal, Corumbá, MS).

MOREIRA, Jaderson. **Fronteira com a Bolívia é reaberta: veículos e pedestres voltam a circular normalmente**. O Pantaneiro, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.opantaneiro.com.br/corumba/fronteira-com-a-bolivia-e-reaberta/181164/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

NANTES, Alex. **Por conta da crise política, fronteira entre Brasil e Bolívia amanhece fechada**. Correio do Estado, 11 out. 2021. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/por-conta-da-crise-politica-fronteira-entre-brasil-e-bolivia-amanhece/391990/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; ALMEIDA, Renata Papa; AGUILAR, Mabel Sahib. Presenças de migrantes internacionais na educação e na assistência social em fronteira. **Para Onde!?**, v. 13, n. 2, p. 61-74, 2020.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; CORREIA, Jacqueline Maciel; OLIVEIRA, Jéssica Canavarro. **Imigrantes Pendulares em Região de Fronteira: Semelhanças conceituais e desafios metodológicos pendular**.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado; ESSELIN, Paulo Marcos. Localizando as condições pretéritas e as relações correntes na complexa fronteira Brasil-Bolívia. **Geosul**, v. 30, n. 60, p. 125-164, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos**

Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PEREIRA, Rosa Martins Costa; SANTOS, Zuila Guimarães Cova. **O Direito de Aprender e as Fronteiras no Caminho da Escola**. UFPR, 2015.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. Autores Associados, 1982.

RIBEIRO, Maria Lúcia Ortiz. **O idioma e a escola de fronteira como fatores de inclusão social de crianças e adolescentes em Corumbá-MS (BR)**. 2011. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Fronteiriços, da Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal. Corumbá/MS.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Erik. **Receita Federal em Corumbá abre processo seletivo para credenciamento de peritos**. Receita Federal Corumbá, 30 abr. 2019. Disponível em: https://folhams.com.br/2019/04/30/receita-federal-em-corumba-abre-processo-seletivo-para-credenciamento-de-peritos/#google_vignette. Acesso em: 24 nov. 2024.

SILVA, Giovani José da. **A presença Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987): Identidades, migrações e práticas culturais**. 2009. 209 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História) da Universidade Federal de Goiás.

Silva, Norma Beppler Penido Ribeiro. **Escola de fronteira: proposta para alfabetização de alunos residentes na Bolívia que estudam na escola CAIC, em Corumbá-MS**. 2016. Dissertação de Mestrado. (Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal, Corumbá, MS).

TAVANO, Patricia Teixeira; GONÇALVES, Carlos Germano Gomes. Prescrições Curriculares Fronteiriças: As Licenciaturas em Foco. **Professare**, p. e3099-e3099, 2023.

VERNOCHI, Alcino Gabriel Da Silva. **Xenofobia em ambiente escolar fronteiriço: uma análise de estudo de caso em Corumbá, MS**. 2022. Dissertação de Mestrado. (Curso de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal, Corumbá, MS).

ANEXOS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



OFÍCIO nº 158/2023 - GAB/CPAN/UFMS

Corumbá, 3 de outubro de 2023.

Ao Senhor

Genilson Canavarro de Abreu,
Secretário Municipal de Educação,
Prefeitura Municipal de Corumbá.

Assunto: Autorização para desenvolvimento de projeto de pesquisa na Escola Municipal Ângela Maria Pérez

Senhor Secretário:

Vimos por meio deste solicitar autorização para que a discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços **Daniella Ibarreche de Menezes**, RGA 202200127, CPF927.841.781-53, possa desenvolver seu projeto de pesquisa no âmbito da educação municipal, intitulado 'Migrantes Internacionais, Fronteira e Educação: Impactos no Ensino e Perspectivas de Gestão', na Escola Municipal Ângela Maria Pérez.

A referida pesquisa está sendo desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, e uma de suas etapas consistirá no acesso aos dados no sistema TAGNOS referente ao número de alunos de outras nacionalidades e a entrevista semiestruturada com professores que atuam nessa unidade educacional.

Atenciosamente,

Aguinaldo Silva,
Diretor.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo Silva, Diretor(a)**, em 03/10/2023, às 10:43, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4373884** e o código CRC **BE5C3ED9**.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Tendo em vista a solicitação de pesquisa da pesquisadora **DANIELLA IBARRECHE DE MENEZES**, intitulada “Migrantes Internacionais, Fronteira e Educação: Impactos no Ensino e Perspectivas de Gestão” sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, autorizamos o acesso aos dados do Sistema de Escrituração Escolar, para o qual disponibilizamos os servidores da Gerência de Planejamento e Avaliação Escolar (GPAE) para emissão dos relatórios que atenderão as necessidades da referida pesquisa.

Esta Secretaria reconhece a relevância do referido estudo e autorizamos a realização de entrevistas com os professores, mediante assinatura de Termo de Livre Consentimento pelos sujeitos da pesquisa.

Corumbá, 09 de outubro de 2023.

Maria Aparecida Dias de Moura
Gerente de Gestão de Políticas Educacionais
Portaria “P” Nº 25, de 07 de janeiro de 2021.

Maria Aparecida Dias de Moura
Gerente de Gestão de Políticas
Educacionais
Portaria “P” Nº 25 de 07/01/2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATENDIMENTO E ACOLHIDA AOS MIGRANTES INTERNACIONAIS EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA: ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO NA IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLOS DE ACOLHIMENTO A PESSOAS EM DIFERENTES SITUAÇÕES MIGRATÓRIAS EM FOZ DO IGUAÇU (PR) E CORUMBÁ (MS)

Pesquisador: MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 70506623.5.1001.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.421.073

Apresentação do Projeto:

"A pesquisa busca analisar a maneira como o poder municipal em Corumbá/MS e Foz do Iguaçu/PR tem se tornado um ator político relevante na proposição de protocolos e outras ações de acolhimento aos migrantes internacionais que vivem ou transitam por estes territórios. Em um sentido propositivo, procura colaborar com a produção e sistematização de dados sobre os migrantes (imigrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, apátridas, estudantes vindos de outros países, fronteiriços) nestes municípios, visando propor e aprimorar políticas públicas locais voltadas a esta população. O município de Foz do Iguaçu/PR elaborou documentos que criam protocolos de atendimento aos migrantes na assistência social e na educação em 2019 e Corumbá/MS iniciou o mesmo processo em 2022. Entendemos que acompanhar e colaborar na implantação destes protocolos constituem um passo inicial importante no sentido de efetivação de políticas públicas municipais voltadas a estas pessoas vindas de outros países. A pesquisa busca sistematizar e produzir dados sobre números de migrantes existentes e atendidos pelas Secretarias de Assistência Social e de Educação nestes dois municípios com base nos dados secundários de órgãos públicos municipais e federais e nos dados primários produzidos a partir da aplicação de questionários a migrantes e agentes públicos de Foz do Iguaçu e de Corumbá. A pesquisa realizará ainda alguns grupos focais com migrantes e com agentes públicos dessas duas

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ç Prédio das Pró-Reitorias ç Hércules Maymone ç 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 6.421.073

secretarias municipais com base na escuta atenta sobre as principais demandas. A principal inovação da pesquisa é a proposta de criação de uma Central de Análise de Demandas (CAD), composta por agentes públicos e assessorada pelos pesquisadores deste projeto que terá como principal função organizar os dados, realizar planejamentos, coordenar ações e avaliar resultados voltados ao atendimento e acolhida dos migrantes no âmbito municipal". Texto do próprio pesquisador.

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário: Analisar a maneira como o poder municipal em Corumbá/MS e Foz do Iguaçu/PR tem se tornado ator político relevante na proposição de protocolos e outras ações de atendimento aos migrantes internacionais que vivem ou transitam por seus territórios, colaborando com a produção de dados sobre migrantes nestes municípios e aprimoramento de políticas públicas locais voltadas a esta população". Texto do próprio pesquisador.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos: Os sujeitos da pesquisa poderão manifestar quaisquer desconfortos com o desenvolvimento da atividade. Com fim de mitigar quaisquer problemas, o participante terá o direito de não responder quaisquer questões sem necessidade de explicações ou justificativas. Ocorrendo essa situação, ou qualquer outra que os coloque em risco, a pesquisa será interrompida. Benefícios: Durante os dois anos de execução da pesquisa, buscaremos concretizar os seguintes produtos e resultados: - Elaboração e execução de planos de cursos de formação para agentes públicos dos dois municípios, especialmente no âmbito da assistência social e da educação, sobre os temas de migração fronteiriça, línguas de acolhida e refúgio. - Criação e implantação de Central de Análise de Demandas, composta por agentes públicos das municipalidades e assessorada pelos pesquisadores envolvidos neste projeto, que possibilitará acompanhar e aprimorar o atendimento dos imigrantes nestes municípios. - Aplicação de procedimentos metodológicos e transferência dos resultados da pesquisa para os ambientes profissionais das municipalidades envolvidas. - Produção de relatórios parcial e final e compartilhamento destes relatórios com as administrações públicas municipais. - Produção e publicação de artigos em revistas nacionais e internacionais que estejam incluídas nos estratos Qualis da Capes; - Produção e publicação de um livro sobre os resultados obtidos na pesquisa." Texto do próprio pesquisador.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ∩ Prédio das Pró-Reitorias ∩ Hércules Maymone ∩ 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 6.421.073

Pesquisa do quadro de professores do CPAN/UFMS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados os seguintes documentos: Projetos com informação básica, cartas de anuência institucionais, Termo de compromisso para utilização de banco de dados, folha de rosto, Termo de consentimento livre e esclarecido e projeto detalhado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador atendeu o termo com as pendências do referido projeto de pesquisa.

Destacamos que de acordo com a Resolução CNS/MS nº466/2012, no item XI.2 – “Cabe ao pesquisador”, alíneas “d” e “e”: “elaborar e apresentar os relatórios parciais e finais” e “apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento”. Portanto, é de responsabilidade do pesquisador submeter ao CEP semestralmente o relatório de atividades desenvolvidas no projeto e, se for o caso, comunicar ao CEP a ocorrência de eventos adversos graves esperados ou não esperados. Também, ao término da realização da pesquisa, o pesquisador deve submeter ao CEP o relatório final da pesquisa. Os relatórios devem ser submetidos através da Plataforma Brasil, utilizando-se da ferramenta de NOTIFICAÇÃO.

Considerações Finais a critério do CEP:

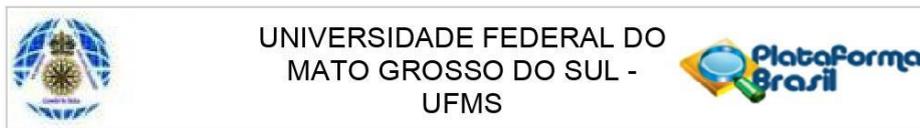
É de responsabilidade do pesquisador, após a aprovação do projeto de pesquisa, de submeter ao CEP semestralmente o relatório de atividades desenvolvidas no projeto e, se for o caso, comunicar ao CEP a ocorrência de eventos adversos graves esperados ou não esperados. Também, ao término da realização da pesquisa, o pesquisador deve submeter ao CEP o relatório final da pesquisa. Os relatórios devem ser submetidos através da Plataforma Brasil, utilizando-se da ferramenta de NOTIFICAÇÃO.

Informações sobre os relatórios parciais e final podem acessadas em <https://cep.ufms.br/relatorios-parciais-e-final/>

CONFIRA AS ATUALIZAÇÕES DISPONÍVEIS NA PÁGINA DO CEP/UFMS

1) Regimento Interno do CEP/UFMS

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ç Prédio das Pró-Reitorias çHércules Maymoneç ç 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 6.421.073

Disponível em: <https://cep.ufms.br/novo-regimento-interno/>

2) Calendário de reuniões

Verifique o calendário de reuniões no site do CEP (<https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2023/>)

3) Etapas do trâmite de protocolos no CEP via Plataforma Brasil

Disponível em: <https://cep.ufms.br/etapas-do-tramite-de-protocolos-no-cep-via-plataforma-brasil/>

4) Legislação e outros documentos:

Resoluções do CNS.

Norma Operacional nº001/2013.

Portaria nº2.201 do Ministério da Saúde.

Cartas Circulares da Conep.

Resolução COPP/UFMS nº240/2017.

Outros documentos como o manual do pesquisador, manual para download de pareceres, pendências frequentes em protocolos de pesquisa clínica v 1.0, etc.

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/legislacoes-2/>

5) Informações essenciais do projeto detalhado

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-projeto-detalhado/>

6) Informações essenciais – TCLE e TALE

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-tcle-e-tale/>

- Orientações quanto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) que serão submetidos por meio do Sistema Plataforma Brasil versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os participantes da pesquisa versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os responsáveis pelos participantes da pesquisa menores de idade e/ou legalmente incapazes versão 2.0.

7) Biobancos e Biorrepositórios para armazenamento de material biológico humano

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ç Prédio das Pró-Reitorias ç Hércules Maymone ç 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 6.421.073

Disponível em: <https://cep.ufms.br/biobancos-e-biorrepositorios-para-material-biologico-humano/>

8) Relato de caso ou projeto de relato de caso?

Disponível em: <https://cep.ufms.br/662-2/>

9) Cartilha dos direitos dos participantes de pesquisa

Disponível em: <https://cep.ufms.br/cartilha-dos-direitos-dos-participantes-de-pesquisa/>

10) Tramitação de eventos adversos

Disponível em: <https://cep.ufms.br/tramitacao-de-eventos-adversos-no-sistema-cep-conep/>

11) Declaração de uso de material biológico e dados coletados

Disponível em: <https://cep.ufms.br/declaracao-de-uso-material-biologico/>

12) Termo de compromisso para utilização de informações de banco de dados

Disponível em: <https://cep.ufms.br/termo-de-compromisso-banco-de-dados/>

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2146244.pdf	22/09/2023 17:16:14		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuencia_Gestor.pdf	22/09/2023 17:13:31	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TCUD_PESQUISADORES.pdf	22/09/2023 16:37:45	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_responsaveis.docx	22/09/2023 16:36:12	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_participante_maiores_de_18.docx	22/09/2023 16:35:51	MARCO AURELIO MACHADO DE	Aceito

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ç Prédio das Pró-Reitorias ç Hércules Maymone ç ç 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 6.421.073

Justificativa de Ausência	TCLE_participante_maiores_de_18.docx	22/09/2023 16:35:51	OLIVEIRA	Aceito
Outros	TERMO_AUTORIZACAO_EDUC_CORUMBA.pdf	22/09/2023 16:33:14	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	TERMO_DE_AUTORIZACAO_ASSIST_SOCIAL_CORUMBA.pdf	22/09/2023 16:29:38	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	TERMO_DE_AUTORIZACAO_EDUCACAO_FOZ.pdf	22/09/2023 16:25:38	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	TERMO_DE_AUTORIZACAO_ASSIST_SOCIAL_FOZ.pdf	22/09/2023 16:24:42	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	27/07/2023 17:40:28	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_REVISADO.pdf	27/07/2023 17:24:00	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia.pdf	27/07/2023 16:36:43	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	final_QUESTIONARIO_Responsavel_pe_lo_estudante.pdf	27/07/2023 16:31:08	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	final_QUESTIONARIO_Estudantes.pdf	27/07/2023 16:30:17	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	01/06/2023 21:52:24	MARCO AURELIO MACHADO DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 10 de Outubro de 2023

Assinado por:
Fernando César de Carvalho Moraes
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ç Prédio das Pró-Reitorias ç Hércules Maymone ç 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br

APÊNDICE

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 01** Durante a graduação, quais conteúdos abordaram o contexto específico das escolas que se localizam em região de fronteira?
- 02** Qual a sua opinião sobre os alunos de origem boliviana nas escolas municipais de Corumbá?
- 03** Você já teve em sua sala estudantes de origem boliviana? Se sim, quais práticas você implementou para acolhê-los?
- 04** Você observa que os estudantes de origem boliviana encontram dificuldades na escola? Pode explicar quais?
- 05** Na sua prática docente, você costuma incluir algo que remete a cultura do país vizinho?
- 06** Você observou aumento de alunos de origem boliviana nas escolas municipais de Corumbá? Se sim, desde quando você tem observado esse aumento e qual o impacto na escola?
- 07** Quais ações você sugeriria que a escola implementasse para receber os alunos de origem boliviana?
- 08** Quais ações você sugeriria que a SEMED implementasse para receber os alunos de origem boliviana?
- 09** Você conhece a legislação vigente no Brasil para alunos de outras nacionalidades? Pode citar essa legislação?
- 10** Há necessidade de formações voltadas para a prática de ensino e acolhimento aos estudantes? Porquê?
- 11** Quais sugestões você faria quanto a essas formações?



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PARA OS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “MIGRANTES INTERNACIONAIS, FRONTEIRA E EDUCAÇÃO: IMPACTOS NO ENSINO E PERSPECTIVAS DE GESTÃO”, que está sendo desenvolvida no âmbito da educação municipal, pela mestrandia Daniella Ibarreche de Menezes, do Programa de Pós-graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus do Pantanal, RGA 202200127 e CPF 927.841.781-53. A referida pesquisa está sendo desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, e uma de suas etapas consistirá na entrevista semiestruturada com professores que atuam na educação infantil da Escola Municipal Ângela Maria Perez.

A sua participação é voluntária e caso aceite participar, sua privacidade será respeitada em todos os sentidos: nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo (a) será mantido em sigilo absoluto. Informo ainda que não haverá remuneração ou despesas de qualquer espécie para a participação na pesquisa. **A sua participação consistirá em responder nove perguntas na entrevista semiestruturada**, realizada pela mestrandia. Será utilizando um aplicativo de celular que transcreverá todas as respostas. **Este procedimento levará em torno de vinte minutos**. Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, conforme estabelece a Resolução 510/2016 e a Resolução CN/MS nº466/2012, como forma de atenuar os riscos desta pesquisa, você tem o direito de não responder alguma questão e ainda se retirar da pesquisa a qualquer momento sem necessidade de explicação ou justificativa para tal. Contudo, o aceite de participação é muito importante para a efetivação da pesquisa e manifesto a convicção de que sua contribuição será de extrema relevância. Terá acesso ao trabalho final (dissertação de mestrado), contendo os resultados desta pesquisa, como estabelece a Resolução 510/2016. Este termo é redigido em duas vias, sendo uma sua e a outra da pesquisadora (mestrandia). Em caso de dúvidas, você pode entrar em contato com a responsável através dos e-mails: daniella_ibarreche@ufms.com ou dani_ibarreche@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que recebi informações de forma clara e detalhada a respeito dos objetivos e da forma como **participarei** da pesquisa. Estou ciente de que não pagarei nem receberei nenhuma vantagem financeira para participar do estudo. Assim, estou informado (a) de que a qualquer momento, posso esclarecer as dúvidas que tiver em relação a entrevista ou as perguntas. A minha assinatura neste Termo de Assentimento autoriza a pesquisadora a utilizar e divulgar informações obtidas, sempre preservando a minha privacidade.

Declaro estar ciente do exposto, que tive acesso a uma cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que uma cópia assinada será entregue na escola. Declaro ainda que **aceito participar desta pesquisa**.

Eu, Daniella Ibarreche de Menezes, declaro que forneci as informações da pesquisa ao participante desta pesquisa.

Daniella Ibarreche de Menezes

Nome do participante da pesquisa: _____

Assinatura do participante da pesquisa: _____

Corumbá-MS, _____ de _____ de 2024.



Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Av. Costa e Silva, s/nº – 79070-900 - Campo Grande - MS
www.propp.ufms.br e www.posgraduacao.ufms.br

